

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2017-2021** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO – SEGUNDA REUNIÃO  
REALIZADA NO DIA DEZANOVE DE MARÇO DE DOIS MIL E  
DEZANOVE.**-----

----- **ATA NÚMERO SESSENTA** -----

----- Aos dezanove dias do mês de março de dois mil e dezanove, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Ordinária, segunda reunião, sob a presidência do Presidente em exercício, Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeira Secretária em exercício e Segunda Secretária.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Aline Galas Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Margarida Mota Vieira da Silva de Moraes, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, António Manuel Pimenta Prôa, António Miguel Silva Avelãs, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luis Valente Pires, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José Luis Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natacha Machado Amaro, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia Carla Serrano Gonçalves, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Rodrigo Maria Santos de Mello

Gonçalves, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Sandra Cristina Andrade Carvalho, Humberto Luis Rosado Cabral da Silveira, Luis Duarte de Albuquerque Carreira, Pedro Miguel Tadeu Costa, José Roque Alexandre, Henrique João Tavares Frias Sá e Melo, Susana Maria da Costa Guimarães, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Capitolina Marques, Rodolfo Knapic, Rosa Maria Carvalho da Silva, Gabriel Maria Simplicio Baptista Fernandes, Gonçalo Maria Vassalo Moita, Mário Nelson Moraes Freitas, Nádía Alves Ribeiro Teixeira e João Nuno Farmhouse Castro Carvalhosa. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Fábio Martins de Sousa e José António Cardoso Alves. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Pedro Miguel Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa. -----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luis Duarte de Albuquerque Carreira. -----

----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Henrique João Tavares Frias Sá e Melo. -----

----- Ana Sofia Oliveira Dias Figueiredo (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Penha de França, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputada Municipal Maria Capitolina Marques. -----

----- André Nunes de Almeida Couto (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira. -----

----- Diogo Leão (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre. -----

----- Vasco Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Rodolfo Knapic. -----

----- Fernando Ribeiro Rosa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Belém, por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Carvalhosa. -----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- Maria Cristina Castel Branco Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Gonçalo Maria Vassalo Moita.-----

----- João Maria Condeixa (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes.-----

----- Isabel Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Cristina Andrade.-----

----- Ricardo Moreira (BE), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Humberto Silveira.-----

----- José Inácio Faria (MPT), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Mário Freitas.-----

----- Raúl Santos (MPT), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Nádía Teixeira.-----

----- Solicitou a suspensão do mandato a Deputada Municipal Ana Margarida de Carvalho (PCP) sendo substituída pela Deputada Municipal Natacha Machado Amaro (PCP, pelo período entre 19 de março de 2019 e 31 de agosto de 2019, que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal, nos exatos termos do respectivo pedido, e de acordo com o disposto no artigo 77.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, a contrario sensu, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do art.º 7.º do Regimento da Assembleia Municipal.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice Presidente João Paulo Saraiva e pelos Senhores Vereadores: Miguel Gaspar, Carlos Castro, Manuel Salgado e Floresbela Pinto.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição Nuno Correia da Silva, João Pedro Abreu Costa, Nuno Rocha Correia e Ana Rita Costenla-----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício**, declarou aberta a reunião.

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores, minhas Senhoras e Senhores Assessores.-----

----- Temos quórum, vamos dar início aos nossos trabalhos da segunda reunião da Sessão Ordinária de fevereiro.-----

----- Comunicar à Assembleia que a Senhora Deputada Municipal, Ana Margarida Carvalho, do Partido Comunista Português, eleita diretamente, veio solicitar hoje, nos termos legais, a suspensão do seu mandato até trinta e um de agosto de dois mil e dezanove.-----

----- A vaga nos termos legais e regimentais será preenchida pela cidadã imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, no presente caso, é a Natacha Machado Amaro.-----

----- Já verificámos com os serviços toda a documentação, quanto à identidade e legitimidade para efeitos de exercício de funções, também já está preparada a assinatura do respetivo termo. -----

----- Resta colocar à consideração do Plenário. Alguém tem algo a dizer ou votar, contra esta suspensão do mandato? -----

----- Não registamos, e portanto, consideramos como validado pela Assembleia Municipal o pedido de suspensão do mandato. -----

----- E iremos proceder à Tomada de Posse. -----

----- Foi distribuída uma segunda versão, uma primeira e depois uma segunda versão, com uma correção, um Voto de Pesar e Solidariedade, apresentado pelo Partido Comunista Português. O Voto nº 060/01/PCP, pela Vítimas em Moçambique. -----

----- Vou pedir para à Senhora Primeira Secretária, que proceda à leitura do Voto.” -----

----- **VOTO DE PESAR Nº 060/01/PCP – SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS - “ VOTO DE PESAR E SOLIDARIEDADE – VÍTIMAS DO CICLONE E INUNDAÇÕES EM MOCAMBIQUE, MALAWI E ZIMBABWE.”**-----

----- **A Senhora Primeira Secretária em exercício, Patrocínia César**, no uso da palavra, procedeu à leitura do Voto de Pesar e de Solidariedade nº 060/01/PCP:-----

-----“ *O ciclone Idai atingiu várias regiões de Moçambique, Malawi e Zimbabwe, na passada semana, causando cheias e ventos fortes, que destruíram vidas, casas, estradas, arrasou aldeias com lama, deixando atrás de si a ameaça de epidemias. -----*

-----*Segundo a ONU e os Governos desses países, há registo de mais de 200 óbitos, mas infelizmente tudo indica que esse número pode aumentar para milhares de mortes. -----*

-----*As populações dessas regiões encontram-se privadas de eletricidade, água potável e outros bens essenciais, havendo povoações isoladas pela destruição causada. -----*

-----*O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa reunida na Sessão de dia 19 de Março de 2019 delibere: -----*

-----*1 – Manifestar toda a solidariedade e o mais profundo pesar pelas vítimas desta catástrofe, guardando um minuto de silêncio; -----*

-----*2 – Enviar este voto à Embaixada de Moçambique em Portugal, Representação Diplomática de Portugal no Malawi e Representação Diplomática de Portugal no Zimbabwe. “ -----*

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra, após a leitura do Voto de Pesar, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Vamos proceder à Votação.” -----

----- **Voto nº 060/01 (PCP) – (Subscrito pelo Grupo Municipal do PCP).** Não há Votos Contra, nem Abstenções, Votos a Favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 5 IND. **O Voto nº 060/01 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- (Ausência de quatro Deputados (as) Municipais Independentes e ausência do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves da Sala de Plenário). -

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra, após a votação, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Voto de Pesar e de Solidariedade, Vitimas de ciclone e inundações em Moçambique, Malawi e Zimbabwe, foi aprovado por unanimidade.

----- E vamos fazer um minuto de silêncio.”-----

----- (E, neste momento, fez-se um minuto de silêncio)-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA ATA Nº57, DE 7 DE MARÇO DE 2019:** -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** feito o minuto de silêncio, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção.-----

----- “Temos como primeiro ponto da ordem de trabalhos, a votação da ata nº 57, referente à reunião de sete de março, de dois mil e dezanove. Vamos votar esta ata nº57.-----

----- **Ata nº 57**, não há Votos Contra, nem há Abstenções, Votos a Favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 4 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. **A Ata nº 57, foi aprovada por unanimidade.** -----

----- (Ausência de cinco Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário).-----

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da **Ata 57**, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- **Ata n.º 57** Sessão Extraordinária, realizada em sete de março dois mil e dezoito, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Artur Miguel Coelho (PS), Augusto Miguel Gama (PS), Hugo Cordeiro Lobo (PS), Inês Drummond (PS), José António Borges (PS), Manuel Portugal Lage (PS), Henrique Sá e Melo (PS), Luis Newton (PSD), Mafalda Cambeta (PSD), Rodolfo Knapic (PSD), João Farmhouse Carvalhosa (PSD), Gabriel Fernandes (CDS-PP), Natacha Amaro (PCP), Cristina Andrade Carvalho (BE), Humberto Cabral Silveira (BE), Mário Freitas (MPT) e Patricia Gonçalves (IND).-----

----- **PONTO 2 – DEBATE DE ATUALIDADE SOBRE A “NOVA POLÍTICA DE MOBILIDADE NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA – OS NOVOS PASSES SOCIAIS” (PS), AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 49º DO REGIMENTO, DE ACORDO COM O FORMATO NO ANEXO DA CONVOCATÓRIA;** -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Vamos passar ao ponto dois da ordem de trabalhos. Debate de atualidade, com o tema, a nova Política de Mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa, os novos

passes sociais apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis. -----

---- Dar-vos nota, que a Câmara Municipal de Lisboa, informou que será representada pelo Vereador Miguel Gaspar. -----

----- E portanto, vamos dar a palavra ao Partido Socialista. -----

----- Senhoras e Senhores Deputados sabem o formato. O grupo proponente tem cinco minutos para abrir o debate, e depois todas as Forças Políticas e os Deputados Municipais que exercem o mandato como Independentes. -----

----- Assim, como a Câmara, tem cinco minutos que poderão gerir ao longo do debate.

----- E por isso, vamos dar a palavra ao Partido Socialista. Penso que é o Senhor Deputado José Leitão, para abrir este debate de atualidade.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Cidadão e Cidadãs. -----

----- Convocámos este debate, por acreditarmos tratar-se de um momento histórico para o futuro da AML. -----

----- O momento em que os 18 municípios que constituem a Área Metropolitana de Lisboa conjugam vontades e, sob a liderança de Fernando Medina, concretizam uma medida que consideramos a todos os títulos “fundacional” para a alteração do modelo vigente da mobilidade na Área Metropolitana da Grande Lisboa e Península de Setúbal. -----

----- A partir do dia 1 de abril de 2019 entra em vigor o passe único metropolitano, medida aprovada a 17 de outubro pelos presidentes das 18 Câmaras da AML. -----

----- O passe único de âmbito metropolitano, que terá um custo máximo de 40 euros e funcionará em todos os modos de transporte da Área Metropolitana de Lisboa (AML), no caso dos de 65 anos por 20 euros, permitirá não só aumentar a legibilidade do sistema, mas mais relevante ainda, permitirá que 900.000 pessoas passem a estar cobertas com um passe intermodal, medida fundamental na promoção da coesão territorial. -----

----- Esta medida possibilitará ainda um relevante ganho ao nível ambiental e económico, mitigando os efeitos negativos da afluência de mais de 370 mil automóveis, que diariamente pressionam o centro da área metropolitana, a nossa cidade de Lisboa. -----

Referência ainda para a previsão do novo passe familiar, que custará no máximo o equivalente a dois passes sociais, ou seja 80 Euros, independentemente do número de pessoas do agregado familiar, modalidade que será especialmente vantajosa para as famílias numerosas e que representará uma devolução significativa de rendimentos. ---

----- Esta medida que vai abranger os 18 municípios da AML, terá especial relevância para todos aqueles que se deslocam de concelhos mais distantes para trabalhar em Lisboa, como são os casos de Mafra e Setúbal, em que um passe combinado ultrapassa os 100 euros. -----

----- O objetivo dos novos preços está pois devidamente alinhado com as políticas de sustentabilidade ambiental, esperando-se que reduza o número de carros que entra diariamente em Lisboa e suprimindo a eventual desvantagem de preço do transporte público relativamente ao transporte individual, fator fundamental para o aumento da atratividade do sistema. -----

----- Para além do passe metropolitano a 40 Euros que dá para toda a região Metropolitana de Lisboa, existirá também o passe de âmbito municipal com um custo de 30 Euros, que permitirá a livre circulação dentro do Concelho Lisboa.-----

----- Relevância também para a manutenção dos descontos sociais, do passe 4-18 e do sub-23 e social+ e a existência de um passe gratuito para todas as crianças até aos 12 anos que não vão pagar para utilizar os transportes públicos, medida semelhante à já implementada de forma pioneira em Lisboa na sequência da municipalização da CARRIS, com resultados expressivos já comprovados. -----

----- O financiamento destas medidas, parcialmente realizado ao abrigo do “PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos”, vai ter origem na consignação ao Fundo Ambiental, de 83 milhões de euros provenientes da taxa do adicionamento sobre as emissões de CO2.-----

----- Este apoio financeiro às autoridades de transportes das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e das 23 comunidades intermunicipais (CIM), abrangendo 85% da população do país, determina que pelo menos 60% do financiamento deverá ser aplicado na redução dos tarifários dos passes sociais e os restantes 40% utilizados para melhorar e aumentar a oferta ou criar melhores condições no acesso à rede de transportes coletivos. -----

----- O concurso público internacional para a concessão de transporte rodoviário, que se prevê ser aberto ainda durante este ano, permitirá selecionar as empresas que, através de uma marca única a operar em simultâneo e de forma integrada nos 18 concelhos a partir de 2020, irão atuar em conjunto garantindo a oferta adequada de transportes públicos rodoviários a todos os residentes da AML e uma mobilidade sem limitações por razões económicas. -----

----- Com um sistema único de bilhética e um único mapa de rede, é favorecida a integração e legibilidade do sistema para todos os cidadãos.-----

----- Deixo aqui ainda uma palavra de reconhecimento ao Governo apoiado pelo PCP, BE e PEV, pela forma empenhada como está a dar resposta aos desafios de Lisboa e da AML.-----

----- Mas as medidas tomadas não se ficam por aqui. Em simultâneo com as medidas de redução do tarifário estão também em preparação e execução medidas complementares de forma a assegurar o reforço dos meios operacionais, elemento fundamental para acomodar o esperado aumento do número de passageiros e a concretização de um novo modelo de mobilidade ao nível metropolitano com consequências esperadas na cidade de Lisboa. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra referiu o seguinte;-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----  
----- Aberto o debate de atualidade pelo Partido Socialista, vamos passar aos oradores inscritos.” -----  
----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----  
----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Fernando Correia do PCP.” -----  
----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP-Independente)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Obrigado Senhor Presidente, boa tarde. Senhor Presidente, respetiva mesa, Senhores Deputados, Senhores Vereadores, Público. -----  
----- Antes de mais, queremos chamar a atenção para o facto de que os passes não são novos, trata-se de um alargamento do passe social intermodal, criado em 1976 na sequência da Revolução de Abril. De um alargamento acompanhado da simplificação do sistema e de uma significativa redução de custos para os utentes.-----  
----- O que é novo, é a disponibilidade de inverter anos de políticas erradas nos transportes públicos, de corrigir o erro dos anos 90, quando se introduziram os passes combinados, e o paradigma era a redução de preço à custa da redução de mobilidade.--  
----- O que é novo, é a disponibilidade de alguns para perceberem a importância da socialização do transporte público, em vez de continuar a apostar na sua mercantilização.-----  
----- Feito este reparo... -----  
----- Em Abril, os utentes dos transportes públicos beneficiarão do alargamento do passe social intermodal a todos os operadores, todas as carreiras, em toda a Área Metropolitana de Lisboa, com um importante alargamento da mobilidade – abrangendo mais 900 mil pessoas só na Área Metropolitana de Lisboa - uma redução de custos e uma importante redução do preço com grande significado para as famílias.  
----- É uma medida, que beneficia os atuais utentes e promove a vinda de novos utentes ao responder a três questões nucleares, para uma política de valorização do transporte público na região de Lisboa, introduz uma significativa redução de custos para os utentes, promove um aumento da mobilidade garantida pelo passe mensal e simplifica o sistema de bilhética. -----  
----- Durante largos anos, o PCP reivindicou, propôs e lutou, por este alargamento, enquanto muitos utentes valorizavam e apoiavam a proposta, mas duvidavam da possibilidade de ser concretizada, outros, no poder político, opunham-se sistematicamente à sua concretização, como aconteceu na Assembleia da República em Dezembro de 2016, onde PS/PSD/CDS com a abstenção do BE chumbaram o Projeto-lei do PCP de alargamento do passe social intermodal. -----  
----- Como sempre fazemos, O PCP foi à luta para tornar possível, o possível, para vencer as resistências instaladas e os interesses dominantes, para dar confiança às justas aspirações dos utentes, para mostrar a necessidade de uma política de transportes radicalmente diferente. Recolhemos dezenas de milhares de assinaturas e de postais, fizemos aprovar moções em todos os municípios da Área Metropolitana e na esmagadora maioria das suas freguesias, realizámos campanhas políticas de



massas, com diversas marchas, comícios, minicomícios, mupis e milhares de comunicados. -----

----- Hoje, até quem durante anos se opôs a esta ideia aparece a assumir uma parte da responsabilidade por ela se ter materializado. Ouvir o ex-ministro e ex-secretário geral do PSD, Marques Mendes, dizer que este alargamento do passe com redução tarifária é uma "medida é justa, necessária e que vai na direção certa" daria vontade de rir se não tivéssemos tão presentes as políticas destruidoras dos transportes públicos do governo PSD/CDS e o aumento brutal de preços que impôs – mais 30% em média, com alguns passes a aumentarem mais de 100%! -----

----- Afinal, era possível, como sempre afirmámos! Com pouco mais de 100 milhões de euros, foi possível o alargamento da redução tarifária a todo o país. Num orçamento de estado que gasta 13 vezes mais com as PPP das rodovias, ou 30 vezes mais a salvar bancos privados. -----

----- Tal como será possível aprofundar o caminho por «Mais e Melhores Transportes Públicos» na Área Metropolitana de Lisboa, pois é fundamental complementar este alargamento com o necessário aumento da oferta, da qualidade e da fiabilidade dos transportes públicos rodoviários, ferroviários e fluviais. Estes dois últimos com graves problemas, dependentes do investimento público, do Governo, depois de um processo de degradação durante décadas. -----

----- Vamos pois continuar a lutar, pelo alargamento da oferta e da fiabilidade dos transportes públicos, o que implica: a contratação dos trabalhadores operacionais em falta nas empresas públicas, acabando com as Estações e Bilheteiras desertas, e eliminando as múltiplas supressões originadas pela falta de trabalhadores na manutenção e reparação do material; avançar com investimentos orientados para o alargamento da rede de transportes, quer para a modernização da rede ferroviária hoje existente, quer para a expansão das redes de Metro; decidir e concretizar a aquisição dos comboios e dos barcos necessários; acabar com as PPP, nomeadamente a da Fertagus, integrando a operação desta na CP. -----

----- Boa tarde.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra referiu o seguinte; -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Vamos passar à próxima inscrição.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “ Tem a palavra o Senhor Deputado Mário Freitas do MPT.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, caros colegas, Cidadãos. -----

----- Já tivemos a oportunidade de exprimir aqui a nossa opinião sobre esta nova política de mobilidade. -----

----- Consideramos que representa uma medida, em geral, benéfica para os residentes das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto sendo implementada, convenientemente, a um mês das eleições europeias e a poucos meses das legislativas.

----- Porém, não há bela sem senão.-----

----- Ostentar orgulhosamente a redução do valor dos passes sociais para o utilizador como forma de promoção à utilização dos transportes públicos e consequente cumprimento das metas europeias de redução de emissões de carbono, não chega.-----

----- Diremos porquê.-----

----- Não chega, porque não é plausível, considerar que um cidadão estará disposto a deixar o carro em casa para ir trabalhar, simplesmente porque agora o passe terá um custo máximo de quarenta euros.-----

----- Não é plausível considerar que um cidadão, estará disposto a deixar o carro em casa para ir trabalhar se a rede de transportes públicos não permitir uma deslocação entre casa e trabalho eficaz.-----

----- Não é plausível considerar que um cidadão, estará disposto a deixar o carro em casa para ir trabalhar se for forçado a fazer dois, três transbordos e assim demorar o triplo do tempo.-----

----- Nenhum cidadão, estará disposto a deixar o carro em casa para ir trabalhar se tal implicar uma diminuição drástica da sua qualidade de vida.-----

----- Não chega porque se o objetivo passa também por diminuir a circulação de automóveis na cidade de Lisboa, também os parques dissuasores devem fazer parte deste plano. Julgamos importante aumentar o número de lugares disponíveis em parques deste tipo, em diferentes zonas periféricas da cidade, reforçar as ligações ao centro através da rede de transportes públicos e facilitar o acesso a quem aderir ao novo passe social.-----

----- Em suma, não chega também porque sem um investimento em material circulante que se reflita num melhor e mais eficaz serviço público e um verdadeiro incentivo à troca da viatura particular pelos transportes coletivos, a nova política de mobilidade da Área Metropolitana de Lisboa não passará de uma boa intenção de contornos eleitoralistas.-----

----- Por fim, um breve comentário ao financiamento do Estado que estará subjacente à implementação desta medida.-----

----- Neste Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos transportes públicos, o Governo disponibilizará setenta e três milhões de euros à Área Metropolitana de Lisboa, quinze milhões de euros à Área Metropolitana do Porto e dezasseis milhões de euros às vinte e uma Comunidades Intermunicipais.-----\

----- Estas Comunidades Intermunicipais incluem, como exemplo, Braga, Coimbra ou Faro onde se pretende implementar os novos passes sociais, adaptados à realidade de cada centro urbano.-----\

----- Mas não podemos esquecer regiões do país que não são dotadas de redes de transportes públicos ou de cujo quotidiano os transportes coletivos não fazem parte, quer por força das atividades económicas predominantes, quer por falta de cidadãos que o justifiquem.-----

----- Reconhecemos que constituirão, infelizmente, uma percentagem cada vez menor de cidadãos portugueses, fenómeno que tenderá a acentuar-se com a desertificação das zonas rurais e do interior do país e o escasso investimento que é feito para o contrariar. -----

----- No entanto, esta pequena percentagem de cidadãos portugueses verá, mais uma vez, parte dos seus impostos investidos nos grandes centros urbanos, de tantas outras formas beneficiados pelas políticas dos sucessivos executivos, ao invés de a ver direcionada para o desenvolvimento destas pequenas comunidades cada vez mais esquecidas. -----

----- Consideramos, portanto, que apesar de os novos passes sociais representarem uma boa medida para quem dela vier a beneficiar, a participação dos Municípios envolvidos deveria ser maior, em nome da coesão do todo nacional. -----

----- Disse. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra referiu o seguinte; -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Vamos passar ao próximo orador inscrito.” -----

----- A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “ Tem a palavra o Senhor Deputado José Franco IND.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Franco (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- Senhor Presidente em Exercício, restante Mesa, Senhores Vereadores, caros colegas Deputados...” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra interrompeu, dizendo o seguinte; -----

----- Senhor Deputado vai falar um pouco mais alto, e agradecia que outros senhores deputados, falassem um pouco mais baixo, para que o Deputado José Franco se possa ouvir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Franco (IND)**, no uso da palavra, continuou: -----

----- “Vamos tentar. -----

----- Portanto, renovo as saudações que já formulei. E eu, em nome dos deputados municipais que exercem o seu mandato como independentes, do Movimento de Cidadãos por Lisboa, venho mais uma vez, exprimir a nossa congratulação com a histórica decisão, que foi adotada pela Área Metropolitana de Lisboa, com os dezoito municípios que a integram, e estamos, evidentemente todos a falar, da criação, da nova solução dos passes multimodais, com a significativa redução tarifária que lhe está associada. -----

----- Aliás, nós enquanto conjunto de deputados municipais independentes, tínhamos aqui, nesta tribuna, no dia doze de fevereiro, anunciado a nossa intenção de marcar um debate temático sobre estas realidades. Portanto, a nova política de mobilidade. ---

----- Formulámos mesmo por escrito, o pedido em vinte e seis de fevereiro, e

fomos de alguma forma confrontados com o facto do Partido Socialista ter igualmente pedido o debate temático para uma data anterior, que estamos portanto, a concretizá-la hoje, é evidente, que nos associamos a essa iniciativa.-----

----- Mas, portanto, já tínhamos até com o senhor Vereador Miguel Gaspar, garantido a presença dele, no dia, para o qual nós tínhamos prevista a realização do referido debate temático. Não importa agora a questão das datas, o que interessa é que devemos aproveitar a oportunidade para interpretar, para discutir e para evidenciarmos os aspetos em que é preciso, caminhar, progredir, melhorar e corrigir. --

----- Em nosso entender, estas importantes e históricas medidas, configuram uma importante melhoria para as populações da Área Metropolitana de Lisboa, no que se refere, à sua recuperação de rendimentos, que tiveram uma erosão fortíssima nos últimos tempos, pelas razões políticas e sociais que são conhecidas. -----

----- Por outro lado, também queremos sublinhar que estas medidas, podem e vão seguramente contribuir positivamente para a coesão social no território da nossa área metropolitana, na medida em que, estas novas condições no acesso aos transportes vão permitir, que estratos populacionais mais desfavorecidos, e não apenas no seu poder de compra, mas também em condições de relativa marginalização em bairros que deixaram de ter a frequência de oferta de serviços que permitiam às pessoas, nomeadamente aos idosos, tirar proveito das suas deslocações para aceder aos bens culturais, ao convívio com os familiares, etc... -----

----- Todos nós estamos convencidos, e apostamos que estas medidas podem também contribuir positivamente, no sentido do aumento da coesão social no nosso território. --

----- Vamos referir mais uma vez, e tal como fizemos recentemente, que ao nível da oferta de serviços, há muito a fazer, temos consciência, que nos modos de transportes mais pesados, as dificuldades financeiras de investimento, para recuperar o muito tempo que se perdeu e estamos a falar designadamente, do caminho de ferros e do transporte fluvial. Portanto, vai demorar alguns anos se forem concretizados os planos e os anúncios públicos feitos recentemente, vai demorar alguns anos a conseguir-se que haja uma oferta adequada. -----

----- Queremos também, esperar e apelar, a que os municípios e as autarquias da Área Metropolitana de Lisboa, também saibam entender, no sentido de complementar esses modos pesados, com uma nova oferta a nível do transporte rodoviário possa de alguma forma, absorver o aumento desejável e previsível da procura dos transportes coletivos de passageiros. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “ Tem a palavra a Senhora Deputada Inês Real do PAN.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Real do (PAN),** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde, Senhor Presidente em Exercício, restantes membros da Mesa, Exmas. Senhoras Deputadas Municipais e Vereadoras presentes, Exmos. Senhores Vereadores e Deputados Municipais presentes, Público presente e Comunicação Social. -----

----- Começamos obviamente, por saudar esta iniciativa que tem uma repercussão positiva nos orçamentos familiares de forma significativa. No entanto, não podemos deixar de lamentar que seja apenas restrita às duas Áreas Metropolitanas, uma vez até que curiosamente são precisamente o resto do território onde existe mais isolamento e mais dificuldade na mobilidade. -----

----- Mas, falamos de lisboa, que é precisamente, o caso que aqui nos interessa para esta assembleia. E dizer, que esta medida apesar de se traduzir no impacto significativo e positivo, também não apenas no orçamento, mas também, nos impactos climáticos e como forma de mitigação da pegada carbónica. -----

----- O PAN, tem defendido precisamente a mobilidade suave e partilhada como forma de reduzir a pegada carbónica. Também para reduzir os níveis de poluição sonora, como teoricamente teremos menos carros a entrar e a fazer pressão na nossa cidade, a entrar e a sair de lisboa. Pelo que é preciso, que esta medida continue de facto a estar alinhada, como uma aposta continua com os veículos rodoviários com baixa pegada carbónica. Ou seja, para que este passo seja verdadeiramente um passo associado a uma medida e a uma pegada verde, deve haver de facto aqui e ser impulsionada uma economia e uma industria toda ela mais circular. Mas, atenção aqui é também, que esta medida, não pode significar a diminuição, por um lado, de uma degradação de um serviço público prestado. De um processo, em que existe um agravamento dos horários e do cumprimento dos horários, da falta também de carreiras, e portanto, não se pode descurar o reforço e a necessidade de reforço do cumprimento destas, não só dos horários como das carreiras, mas como também apostar na expansão da própria rede metropolitana com a articulação entre os diferentes meios de transporte e acima de tudo não nos podemos esquecer que nem todos os transportes são hoje acessíveis a todas e a todos nesta cidade. De facto, é fundamental eliminar as barreiras arquitetónicas que ainda persistem, sobretudo ao nível da mobilidade condicionada, não apenas de quem se desloca de cadeira de rodas, ou que seja invisual, como também, basta uma mãe com um carrinho de bebé para não conseguir aceder a todas as plataformas do metropolitano, existem ainda estações que não têm qualquer de plataforma elevatória. -----

----- Portanto, apesar de saudarmos obviamente esta iniciativa, ela não pode deixar cair em esquecimento o investimento que tem que existir obviamente, no reforço e na melhoria do nosso serviço, que é prestado em termos de transportes públicos na cidade. -----

----- Não menos importante, é também a necessidade de articulação entre os sistemas de transporte que evitem o transbordo, pois bem sabemos em que a partir do momento em que alguém sai de casa com o carro, a batalha contra o trânsito que se faz sentir e o elevado volume de circulação rodoviária está perdida. -----

----- Esta medida, também obviamente, não substitui transporte flexível, continua a ser uma responsabilidade da autarquia, e é uma ferramenta importantíssima de proximidade para as populações mais vulneráveis e sensíveis, como sendo; a população idosa, a população em idade escolar, ou que de alguma forma necessitem de cuidados primários em casa ou até mesmo hospitalares. -----

----- Saudamos obviamente esta iniciativa, tem impactos positivos para toda a cidade do ponto de vista financeiro, e acima de tudo para as famílias, mas queremos que verdadeiramente exista uma aposta verde na redução do impacto que temos hoje em dia, sobretudo nas questões ambientais, ela tem de vir acompanhada necessariamente de outras ferramentas. -----

----- Pelo que aguardaremos, espectamos e aqui continuaremos a defender a integração precisamente com os restantes temas. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “ Tem a palavra a Senhora Deputada Aline Galas Hall de Beuvink do PPM.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Galas Hall de Beuvink (PPM),** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada pela palavra. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, minhas Senhoras, meus Senhores.

----- Começamos pelo óbvio. -----

----- Os novos passes sociais na área metropolitana poderão configurar uma verdadeira revolução na mobilidade em lisboa. Cerca de meio milhão de utilizadores beneficiarão, já a partir do próximo mês com esta iniciativa. Trata-se de uma profunda justiça social, que já devia ter sido implementada há muito mais tempo. Infelizmente, todos sabemos, a razão, desta medida ter sido tomada agora, nesta altura à porta de duas importantes eleições. Ou seja, continuamos a fazer política à imagem do conselheiro Acácio nas campanhas alegres do século IX. -----

----- Independentemente do seu carácter propagandístico, o alargamento do passe social, muito previsivelmente irá trazer um significativo aumento da procura, o que obrigaria a que fosse acompanhado por uma oferta de transportes públicos, que é hoje, manifestamente insuficiente para responder às necessidades reais da população. -----

----- Perante a presente realidade sofrida dos transportes públicos na área da grande lisboa, arriscamo-nos agora, a amplificar os atrasos, a eliminação de horários e de composições, bem como a falta qualidade desses mesmos serviços. -----

----- Depois, de no ano passado o valor da despesa cativada pelo Ministério das Finanças, manter-se em máximos, cem por cento dos cativos iniciais, a proposta do Orçamento de Estado para dois mil e dezanove, apenas contempla verbas para aquisição de barcos para a Transtejo e de pouco material circulante para o metropolitano, deixando novamente de fora a aquisição de material para a CP lisboa,

quando por exemplo, a linha de Cascais está a operar com comboios que já ultrapassaram a vida útil, e a linha de Sintra Azambuja começa evidenciar falhas de material. -----

----- É público, que o Ministro das Finanças, congelou cem ponto quatro milhões de euros na despesa do transporte ferroviário com aquisição de bens, serviços e projetos, de acordo com os resultados da execução orçamental de dois mil e dezoito, os transportes ferroviários sob a tutela dos Ministérios de Planeamento e Infraestruturas como a CP e a IP que incorporou a REFER, e do ambiente os metros de lisboa e porto, têm congelados valores que representam mais de dezasseis por cento do total de cativações aplicadas pelas finanças, que é da ordem dos seiscentos e onze ponto cinco milhões de euros. Estas medidas do Ministério das Finanças, aplicaram-se apesar das conhecidas exigências e necessidades de financiamento destes serviços que já duram há vários anos. A falta de comboios, por exemplo, tem sido uma dor de cabeça para todos os que moram e que trabalham na área metropolitana de lisboa. E eu sei, do que falo, todos os dias utilizo os comboios da linha de cascais e subseqüentemente o metropolitano de lisboa, é que eu não ando de transportes públicos apenas durante a campanha eleitoral, como muitos por ai fazem. -----

----- Na CP, a proposta inicial era para a compra de trinta e cinco comboios, tendo sido reduzida para vinte e oito. Depois de muitas notícias contraditórias, o executivo disse, que o lançamento do concurso internacional estava em preparação. Não nos esqueçamos, que no ano passado, a falta de material circulante ligado a avarias e atrasos de manutenção levaram, a CP a parar mil setecentos e oitenta e nove comboios nas linhas do País, ou seja, uma média de cinco comboios por dia. -----

----- Sabemos, que as cativações são uma arma potente nas mãos do ministro das finanças para reduzir artificialmente a despesa na máquina estatal e controlar o défice público, mas há, ou melhor devia haver limites. -----

----- O que pretendo ilustrar nesta intervenção, é que, os novos passes sociais na área metropolitana são claramente uma medida positiva, obviamente, mas só que esta pode falhar caso não sejam desbloqueadas as cativações da CP e do Metropolitano. Estão a dar-nos com uma mão, enquanto com a outra retiram todas hipóteses de solucionar este problema. -----

----- Obrigada. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “ Tem a palavra o Senhor Deputado António Prôa do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Prôa (PSD),** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores. -----

----- A proposta/discussão trazida hoje pelo Partido Socialista, é de facto muito oportuna, ainda ontem assistimos a mais um anúncio, não sei se o último, dos vários que já foram feitos sobre esta medida, que desde há cerca de seis meses vem sendo anunciada.-----

----- E, não posso deixar de começar por uma circunstância factual, é de facto uma medida com um grande impacto para todos os cidadãos, e de forma muito oportuna, coincidindo com o momento eleitoral, mas, com um detalhe muito curioso. É que não satisfeito, com a coincidência com o período eleitoral, das eleições europeias, o facto de não conseguir cumprir o compromisso, de estabelecer o passe familiar em abril, mas apenas em julho, irá servir uma parte do anúncio para as eleições europeias, e a segunda parte para as eleições legislativas, enfim, vamos estando habituados. -----

----- Mas vamos de facto, ao que está em discussão. -----

----- E o que está em discussão, é como eu aliás tive oportunidade de dizer creio que na semana passada, uma medida histórica, uma medida histórica não só pelo impacto para a vida dos cidadãos. Mas, permitam-me sublinhar, uma medida histórica pelo facto dos municípios da área metropolitana de Lisboa, se terem entendido pela primeira vez de forma concreta, com impacto concreto na vida dos cidadãos, numa medida que tem grande impacto. E isso, é de sublinhar este consenso, reunido por parte dos municípios que assim demonstram também uma grande maturidade. -----

----- Mas importa dizer, que este consenso só é possível, porque o governo anterior, ao transferir competências e responsabilidades, em matéria de gestão dos transportes para os municípios, tornou possível, que hoje, os municípios possam utilizar essa competência que lhes foi transferida. -----

----- Mas vale a pena também dizer, que se hoje podemos, e nos congratulamos todos, com a possibilidade de concretizar este benefício para os cidadãos, isso se deve, ao facto de em momento anterior, o governo anterior, ter concretizado com sucesso o programa de existência financeira, permitiu criar as condições para que esta medida hoje fosse realizada. -----

----- Todos os senhores deputados terão com certeza consciência, a começar pelo Partido Socialista, que celebrou o programa de assistência financeira com as entidades que nos apoiaram, que medidas como, tornar o sector dos transportes financeiramente equilibrado, sanear progressivamente a dívida das empresas de transportes, corrigir o enorme desequilíbrio financeiro das empresas, e assegurar a sustentabilidade futura das empresas de transportes, foram imposições que foram subscritas precisamente pelo Partido Socialista, quando o País estava em risco de banca rota, e que foram realizadas com sucesso pelo governo anterior. E portanto, hoje, podemos estar aqui a congratularmo-nos com esta medida com sucesso, realizámos todos os sacrifícios impostos em matéria de transportes. -----

----- Mas, importa olhar para esta medida, e importa também, não termos ilusões. -----

----- Alguém vai pagar esta medida, não é um bónus do governo, são os cidadãos com os seus impostos que vão pagar estas medidas. É uma opção, é uma opção tratar todos os cidadãos de forma igual, optando por não beneficiar de forma privilegiada aqueles que mais necessitam. É uma opção!-----



----- Este investimento do governo realiza-se sobretudo em lisboa, aliás, ouvimos críticas de deputados socialistas, de autarcas socialistas, precisamente pela concentração de investimento em lisboa. É também uma opção, mas é uma opção discutível. Os recursos são escassos, e a opção foi esta, mas os recursos são escassos e o que nos preocupa agora, é, que está por concretizar o aumento da oferta de transportes que com certeza, todos sentem como necessária, e essa, continua por fazer, e sobre essa, a única coisa que assistimos, foram depois de quase quatro anos de governo, o governo prometer para daqui a quatro anos, começar a concretizar o aumento da oferta de transportes públicos. -----

----- O que está em causa também, é, avaliar e perceber porque é que apesar desta medida ter sido anunciada há seis meses, porque é que passados esses seis meses, ainda assim, não cumpriram o compromisso de concretizar o passe familiar para as famílias. Esse sim, particularmente para a cidade de lisboa faria toda a diferença, mas essa foi adiada para julho. Porquê? Qual era a dificuldade de pedir a cada família que levasse a sua declaração de IRS, onde consta o agregado familiar quando vai comprar o passe, estaria resolvido o problema a tempo, em abril conforme era o compromisso poder haver passes familiares. Essa foi uma promessa, não cumprida, mal explicada, a não ser eventualmente por razões eleitorais. -----

----- Senhor Presidente, termino com um compromisso do PSD.-----

----- Entendemos, este passe, um passo importante para a mobilidade na área metropolitana e na cidade de lisboa, a que deve corresponder uma nova visão. Mas do nosso ponto de vista, uma visão que deve ser mais arrojada, uma visão que deve agregar nesta ocasião também outros modos de transporte, não se compreende porque é que a cidade de lisboa ao mesmo tempo que aposta em novos modos de transporte, não aproveitou esta oportunidade, para integrar esses novos modos de transporte neste passe. -----

----- O PSD tomará, e quero aqui anunciar, que o PSD, tomará a iniciativa muito em breve, de propor, que modos como por exemplo a rede GIRA, seja incluída nos passes da cidade de lisboa. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “ Tem a palavra o Senhor Deputado Tiago Ivo Cruz do BE.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz (BE),** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- Obrigado Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados. -----

----- Este debate já valeu a pena para ouvir o PSD, dizer que foi graças ao governo de austeridade PSD-CDS, que a redução histórica do preço dos passes sociais e a expansão da sua abrangência foi graças à austeridade do PSD- CDS que aumentou cinquenta por cento o valor dos mesmos passes, é realmente de pasmar! É extraordinário! De todas as intervenções que podiam ter vindo aqui dizer, esta de facto.... -----

----- Estamos perante uma pequena revolução na cultura de mobilidade de lisboa e do país, poupam as famílias, poupam as cidades e poupa o ambiente. Uma família que viva e trabalhe na área metropolitana de lisboa chega hoje, a pagar mais de trezentos euros mensais nos passes de transporte, passará a pagar a partir de abril, a pagar oitenta euros. É uma poupança monumental, que terá impacto, não apenas no rendimento disponível das famílias, mas também no descongestionamento da cidade. --

----- Isto é uma bandeira da qual o bloco se orgulha.-----

----- Um ano e meio depois do Bloco e Partido Socialista definirem a recuperação dos transportes públicos no seu acordo camarário, em parceria com o estado central, lisboa tem já mais quarenta autocarros novos a circular, com o reforço das carreiras existente, e foi reaberto o elétrico vinte e quatro, entre o Cais do Sodré e Campolide. -

---- Naquilo que é o maior investimento na frota recursos humanos na CARRIS nas últimas décadas. O plano de mobilidade na zona ocidental aumentou a frequência de autocarros ao fim de semana e feriados, com prolongamentos de horário, novas carreiras e, em particular carreiras de bairro na Ajuda e em Belém. Aumentaram também os corredores BUS em vários locais de lisboa.-----

----- O impacto deste programa mobilidade coletiva, está muito longe de ser estritamente local. A fatura energética, ambiental e financeira da tendência do transporte individual, é um problema do país, e é trágico que a direita portuguesa continue sem compreender. -----

----- A direita está desconfortada. De tal forma, que na assembleia da república o CDS se absteve, e o PSD votou contra esta resolução. Percebe-se porquê. Da última vez que estiveram no governo aumentaram cinquenta por cento do preço dos passes sociais e expulsaram milhares de pessoas dos transportes públicos, apenas na área de lisboa. A agenda da privatização exigia expulsar utentes do transporte público, e desinvestir nos transportes, ao ponto de várias composições do metro terem de parar de circular para serem canibalizadas para peças de substituição das restantes composições. -----

----- Depois de quatro anos de austeridades e investimento, PSD e CDS tentaram ainda entregar o Metro e a Carris à espanhola *Avanza* com uma concessão desesperada, impedimos essa concessão, e ainda bem que o fizemos! -----

----- Transportes coletivos são uma condição de liberdade e cidadania. Atrair utente para os transportes públicos, ao invés do transporte individual, implica fiabilidade, conforto e preços acessíveis. Ou seja, redução de preços, bilhética unificada e investimento em infraestruturas. Dois, destes três fatores conseguimos já alcançar, mas, o metro de lisboa permanece sem investimento necessário para o preparar para o aumento previsível de passageiros que os novos passes irão trazer para o sistema, é problemático que assim seja, porque basta esse eixo falhar, para toda a confiança nos transportes públicos ficar comprometida. -----

----- Importa garantir neste momento alguns compromissos: -----

----- Em primeiro lugar, que a informação prestada aos utentes com a mudança dos passes é célere e clara, para que com o tempo necessário, todos e todas possam garantir o acesso à nova modalidade de passe;-----

----- Em segundo lugar, trabalhar para implementar o passe familiar com a maior rapidez possível. É um dos pontos fundamentais desta revolução dos transportes, onde as famílias terão mais ganhos; -----

----- Em terceiro lugar, manter o objetivo de progressivo e contínuo investimento na frota, na articulação da rede e horários.-----

----- Como referi, na área da mobilidade e de transportes públicos, é essencial garantir fiabilidade, conforto e preços. -----

----- Se foi possível, apesar dos esforços da direita, avançar na redução dos preços, o trabalho para conseguir fiabilidade e conforto, tem que ser permanente e prioritário. ---

----- Para esse trabalho, os utilizadores de transporte público, sabem que contam com o empenho do Bloco Esquerda.-----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “ Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira do PEV.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV),** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção.-----

----- “ Obrigada Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- O Passe Social Intermodal, que não é novo, pois a sua criação foi impulsionada pela Revolução de Abril, é fundamental na política de transportes e traz um conjunto de benefícios sociais, económicos e ambientais. É, por isso, essencial para a qualidade de vida das populações. -----

----- No entanto, ao longo dos anos, este passe deixou de acompanhar as alterações que se verificaram na Área Metropolitana de Lisboa e deixou de estar adaptado à realidade. -----

----- E isto aconteceu por opções políticas. Foram apresentados projetos de lei sobre o passe social intermodal, que Os Verdes sempre acompanharam, e temos que destacar os do PCP, que contaram, em determinadas ocasiões apenas com o nosso voto favorável, sendo chumbados porque não era a vontade dos outros partidos, nem do Governo. -----

Em teoria, diziam concordar com o direito à mobilidade e com a promoção do transporte público mas, na prática, não permitiam que essas medidas se concretizassem.-----

----- Mas, finalmente, a partir de Abril, um passe intermodal único nos dezoito Concelhos da Área Metropolitana de Lisboa será uma realidade, medida que foi decidida pelos Presidentes de Câmara e tornada possível através das verbas incluídas no Orçamento do Estado. -----

----- Além desta conjugação de esforços, não podemos esquecer que é uma vitória que resulta da reivindicação das populações e das forças políticas que sempre acreditaram e fizeram por isso acontecer. -----

----- E, afinal, tal como Os Verdes e a CDU sempre defenderam, era possível! -----

----- E esta não é a medida de apenas um Presidente de Câmara, é a concretização de uma política de mobilidade defendida há muito, mas que sempre encontrou muitos obstáculos. -----

----- Também é verdade que se não fosse a atual solução governativa, não tínhamos ido tão longe. -----

----- Teremos, assim, o alargamento do passe a todos os operadores, todas as carreiras, toda a Área Metropolitana, com uma importante redução do preço. Vai-se pôr também fim às centenas de títulos combinados que existem atualmente, o que é surreal. -----

----- Como bem se sabe, são os utentes que garantem a sustentabilidade das empresas de transporte e o preço é decisivo para concretizar o direito à mobilidade. Podemos dar o exemplo da perda de quase 12% de passageiros nos transportes coletivos entre 2011 e 2015, quando houve aumentos brutais. -----

----- A aposta deve ser na mobilidade coletiva e numa boa rede de transportes, que dê resposta às necessidades das populações, designadamente nos movimentos pendulares, com horários adequados e a preços socialmente justos. -----

----- Foi sempre com este objetivo que Os Verdes deram o seu contributo para baixar o custo do passe e nunca desistiram do alargamento do passe social.-----

----- Mas, se pretendemos que esta medida seja efetivamente bem-sucedida e que haja a mudança de paradigma por que lutamos há muito, não podemos ficar por aqui. -----

----- É imperativo aumentar a oferta e a qualidade de transportes públicos. Esta é uma necessidade há muito evidenciada, e agora, face ao previsível aumento de utentes, impõe-se de forma decisiva. -----

----- É preciso contrariar a degradação e o subfinanciamento dos vários meios de transporte. São necessários mais autocarros, mais comboios e mais barcos. É certo que já foram anunciadas algumas aquisições, mas também se sabe que não serão para já. Tem de haver um investimento na reparação e manutenção, para colocar os transportes ao serviço das populações e é preciso contratar os trabalhadores em falta, investir no alargamento da rede de transportes e continuar a exigir o fim das Parcerias Público-Privadas. -----

----- Ou seja, é fundamental aprofundar a vontade e os meios para que esta medida tenha um alcance maior e dê a resposta que se impõe, sendo essencial ter o Governo, as autarquias e os operadores em sintonia. -----

----- Por fim, dizer ainda que este é um programa nacional, e não apenas para as Áreas Metropolitanas, ao qual aderiram as vinte e três Comunidades Intermunicipais, sendo fundamental garantir os meios financeiros para que o Programa de Apoio à Redução Tarifária se aplique, efetivamente, em todo o país, pois só assim se concretizará o direito à mobilidade em situação de igualdade em todo o território nacional. -----

----- Concluímos, reforçando que Os Verdes consideram que esta é uma medida importantíssima para as populações do país, para a mobilidade coletiva e para o ambiente, que é fundamental, agora, continuar a aprofundar.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “ Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa IND.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND),** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção. -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.” -----

----- Eu tenho pena da minha intervenção anteceder a do CDS, porque a análise seria muito mais completa. -----

----- É que, em boa verdade, esta proposta, o seu mérito é comprovado pela reação que as diferentes forças políticas aqui têm. -----

----- Senão vejamos, o PS congratula-se, e bem! O PCP associa-se à medida com medidas anteriores, com propostas anteriores e com a sua participação na área metropolitana de Lisboa. Por seu turno, vem o Bloco e diz que resulta do seu acordo com o PS. O próprio PSD concorre para o êxito da medida, como alegadamente, e isso só para rir, com o saneamento da Carris e com a tentativa de privatização da Carris e do Metro.-----

----- Vamos ser objetivos de uma coisa. Esta medida é boa, ponto!-----

----- E queria só acrescentar uma coisa, seria ainda melhor, e aqui apelo também aos esforços do PCP que tem uma posição importante na área metropolitana de Lisboa, se porventura a Carris metropolitana em vez de ter concessões, começasse a desenvolver um serviço direto e de raiz de prestação de serviços.-----

----- E esperemos que se entendam todos, PC, PS, Bloco, que não tem presença na área metropolitana, e eventualmente o PSD com alguns conselhos sobre finanças públicas para que possamos ter essa rede verdadeiramente pública na Carris metropolitana. -----

----- Disse.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito Obrigado Senhor Deputado. -----

----- Vamos passar ao próximo orador inscrito.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “ Tem a palavra a Senhora Deputada Margarida Penedo do CDS-PP.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PP),** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção. -----

----- Muito obrigada Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. ---  
----- Existem dentro de lisboa, nós já dissemos isto muitas vezes, mas nunca é demais repetir. Há volta de cento e sessenta mil automóveis, e todos os dias entram, nos dias de semana entram mais à volta de trezentos e setenta mil automóveis novos a acrescentar a estes isto durante os dias de semana, portanto, chegam de manhã, e ao fim do dia, têm de sair, porque as pessoas vivem fora de lisboa e vão dormir, vêm de manhã para trabalhar, regressam ao fim do dia para dormir -----  
----- Ora, uma das ideias deste mecanismo da descida dos preços dos passes, da maneira como ela foi apresentada, era tentar alterar este estado de coisas, e nós esperamos que isso aconteça. Esperamos com toda a sinceridade e com toda a boa vontade que isso aconteça, porque até agora, foram tomadas várias medidas e foram feitas alterações até dentro da cidade de lisboa, e não se conseguiu alterar, portanto, vejamos, e com esperança que isso possa pelo menos começar a atenuar-se a partir de agora. -----  
----- Há aqui outros aspetos, há uma articulação que tem que ser feita, com os municípios à volta da cidade de lisboa, evidentemente já não é possível separar o que é, o município de lisboa, e o que é a área metropolitana de lisboa. E há ainda uma outra articulação que é necessária ser feita, que é a articulação com as políticas urbanísticas, e dentro destas, especificamente, as políticas de habitação. As pessoas precisam de viver, numa casa que tenha uma dimensão adequada, num bairro que as pessoas gostem, precisam de ter alguma previsibilidade no que diz respeito a emprego e a trabalho, e precisam de ter uma boa ligação entre uma coisa e a outra, e essa ligação é o transporte, que tem que ser confortável, e tem de ser comportável, tem de estar dentro de um valor que as pessoas consigam pagar. Esta medida, é uma medida que traduz um grande alívio, e que vai beneficiar uma grande quantidade de gente, e uma grande quantidade famílias. -----  
----- Mas, até a própria presença do Senhor Vereador Manuel Salgado, que é Vereador do Urbanismo, nesta discussão, mostra que o Senhor Vereador sabe do que é que nós estamos a falar, é preciso fazer esta articulação. Os bairros à volta de lisboa, estão consideravelmente melhores do que já foram no passado do que já foram quase exclusivamente dormitórios, neste momento já não são. Mas é preciso aprofundar esta articulação com o urbanismo da cidade de lisboa e o urbanismo dos concelhos limítrofes, dos concelhos à volta de lisboa.  
----- Concentrando-nos no assunto dos transportes, é preciso termos uma outra atenção, que é, os próprios veículos, e a cobertura da rede de transportes, que ainda é insuficiente, há muitos sítios, onde a rede de transportes ainda não chega, portanto quando se fala do conforto, fala-se muito disto também, as pessoas têm que andar muito a pé, às vezes até conseguirem chegarem a uma estação de comboios, outras vezes têm de fazer muitos transbordos, é preciso tomar conta disto. E é preciso garantir, que estes transportes trazem as pessoas para lisboa, têm a mesma qualidade que têm os transportes dentro de lisboa, nós vemos muitas vezes que os autocarros de lisboa e os elétricos e as carruagens do metro, têm uma determinada qualidade, têm uma boa qualidade, isto não pode ser dito ainda, acerca de muitos transportes que nós

vimos entrar na cidade de Lisboa vindos de fora, é preciso cuidar que isso passe a ter um nível de qualidade mais constante e mais compatível, com aquilo que se pretende. -

----- De todas estas perspetivas, esta medida, é uma medida que vai no bom sentido, e o CDS tem esperanças de que contribua para melhorar todos estes aspetos que nós falámos, porque é de políticas de natalidade que nós estamos a falar, quando estamos a falar do conforto das famílias. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito Obrigado Senhora Deputada. -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Vereador Miguel Gaspar da Câmara.” -----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção. -----

----- “Senhor Presidente muito obrigado, boa tarde a todos. -----

----- Meus caros, vivemos uma revolução, e o Senhor Deputado Fernando Correia, nem o PCP que percebe tanto de revoluções, conseguia antecipar uma revolução destas, com passe único de quarenta euros em todas a área metropolitana, vinte euros para os idosos de sessenta e cinco anos e zero euros para as crianças. Sim, o PCP, sempre esteve nesta luta, mas nem o PCP acreditava que fosse possível ir tão longe. ---

----- Era mesmo preciso uma liderança do Partido Socialista, para fazer uma revolução na mobilidade do sistema de transportes da cidade de Lisboa.-----

----- E esta revolução era necessária, e porque é que era necessária? Nós continuamos a ver nas últimas décadas o transporte público a cair de quarenta e sete por cento para vinte cinco por cento na área metropolitana, em sentido inverso, os carros aumentavam de vinte e dois por cento para cinquenta e sete por cento nas áreas metropolitanas, cada vez mais carros, cada vez menos transporte público. -----

----- É neste contexto, que o Partido Socialista vai a votos em outubro de dois mil e dezassete “Lisboa Precisa de Todos” e tínhamos uma missão muito clara na área da mobilidade, temos uma missão muito clara na área de mobilidade, Lisboa mobilidade acessível ao alcance de todos. É este o nosso programa de governo, é esta a nossa missão, é este o nosso compromisso com os lisboetas. -----

----- Medida número seis, melhorar a acessibilidade do transporte público, através da alteração de tarifários, redesenho de sistema tarifário intermodal que facilite o acesso a uma população metropolitana. Compromissos escolares, numa estratégia ambiciosa e progressista que caracteriza a ação do Partido Socialista, sempre que é governo. -----

----- A afirmação do Partido Socialista como toda a transformação na sociedade, é aqui inequívoca. O Partido Socialista está na linha da frente da busca da sustentabilidade e se assim não fosse, vejam que é o Partido Socialista que tem um Plano Nacional de Energia e Clima, que para dois mil e trinta, prevê a redução de vinte e seis por cento de emissões de transportes públicos, ou para dois mil e

cinquenta que Portugal seja, melhor a níveis de termos carbónicos, uma das mais ambiciosas metas na luta da descarbonização do nosso planeta. -----

----- Essa transformação faz-se nas cidades, essa transformação faz-se na área metropolitana. Por essa razão, ainda em setembro de dois mil e dezassete, o Partido Socialista faz um compromisso para a mobilidade, um compromisso de todos os candidatos às câmaras municipais da área metropolitana de Lisboa. Esse compromisso tinha vários pontos; -----

----- Três deles, o alargamento intermodal a toda a área metropolitana, novas fontes de financiamento para o transporte público para a área metropolitana, Senhor Deputado António Prôa, o PSD fizeram muita coisa, mas também limpou o financiamento todo do sistema, e novas competências na área metropolitana de Lisboa, para aquilo que era a organização do sistema de transportes. -----

----- Foi este o programa que todos os autarcas do Partido Socialista levam a votos que ganha as eleições, que tem maioria na área metropolitana. E sim, é verdade que se chegou a um consenso. Com a liderança de Fernando Medina, com a liderança do Eduardo Vítor em Gaia, faz-se uma cimeira das áreas metropolitanas, uma cimeira histórica que junta pela primeira vez, em março de dois mil e dezoito, os dezoito mais dezassete autarcas das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. -----

----- Sim! Com grande consenso político. -----

----- Sim! Com grande alinhamento de todos, naquilo que é a vontade de mudar várias políticas na habitação, e também nos transportes. -----

----- Três compromissos, três pilares chave na mudança nos transportes na área metropolitana. Simplificar e reduzir os tarifários, reforçar e qualificar a oferta, e o que é que não é, os concursos que estão a ser preparados para mais vinte por cento de oferta na área metropolitana de serviço rodoviário, o que é que não é, o reforço de vinte por cento do serviço do metropolitano de Lisboa, desde que o PSD deixou de ser governo, o que é que não é, o reforço das embarcações da Transtejo, o que é que não é, uma renormalização da CP na linha de Cascais, o que é que não é, a renovação de mais de metade da frota da Carris que estamos a fazer em Lisboa onde a procura começa a crescer de forma sustentada com o regresso da confiança das pessoas. -----

----- Mas também, a integração de poderes na área metropolitana, onde todos vós deram na última sessão, desta assembleia um forte contributo por unanimidade na delegação de competência no município de Lisboa na área metropolitana. -----

----- Mas estamos, neste momento a simplificar e a reduzir os tarifários, é disso que se trata, só com isto, vamos atingir a visão que temos para a metropolitana passar de vinte cinco por cento das viagens em transporte público para trinta e cinco por cento. Fazer em dez anos o que perdemos em vinte anos. Dois terços das pessoas que trabalham em Lisboa, não moram em Lisboa e têm de vir de transportes públicos para a cidade de Lisboa. É por isso, que é importante alargar o passe metropolitano a novecentas mil pessoas na área metropolitana, é disso que se trata, é de uma obrigação, de uma missão social, é disto que se trata ao simplificar o tarifário, menos setecentos títulos, criar um passe de quarenta euros, vinte euros, zero euros, ninguém pagará mais de quarenta euros para andar de transporte público na área metropolitana.



Toda a gente me pergunta, mas e eu, e o meu caso? Não pagará mais de quarenta. Tem dúvidas, não pagará mais de quarenta, e se tiver mais de sessenta e cinco anos, não pagará mais de vinte. Vá a Sintra, vá a Setúbal, vá Lisboa, vá a Mafra, vá onde quiser, ganhe mobilidade, ganhe acessibilidade nessa fase da sua vida. Mas também em Lisboa pós os idosos continuaremos com os quinze euros para a terceira idade, foi uma medida estrutural, e mantêm-se na cidade de Lisboa, os quinze euros do passe.-----  
----- Desvalorizar a poupança que se está a fazer, e é uma falta de respeito para todos, pensarmos que em Lisboa uma família pode poupar, sim, sessenta e seis euros por mês, pode poupar quase oitocentos euros por ano. O passe família só não existe, porque não é tecnicamente possível, ainda, por causa dos sistemas de informação. Tudo está a ser feito do ponto de vista financeiro, do ponto de vista político, tudo está garantido, falta só os técnicos fazerem o seu trabalho.-----  
----- Neste momento, estamos a cumprir o nosso programa tão cedo quanto possível, e seria uma irresponsabilidade da nossa parte atrasar o benefício para as pessoas...-----  
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra, informou o Senhor Vereador do seguinte:-----  
----- “ Senhor Vereador, também tem de abreviar.”-----  
----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar,** no uso da palavra, continuou:-----  
----- “Estou mesmo a acabar Senhor Presidente.-----  
----- Seria um erro, não estaríamos a cumprir a nossa obrigação como políticos, como cidadãos políticos, se atrasássemos este benefício para as pessoas, e sinceramente as pessoas não têm culpa do Partido Socialista ser competente, podem contar com o executivo socialista para esta revolução, podem contar connosco para continuar a andar para a frente.-----  
----- Muito obrigado.”-----  
----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----  
----- “ Tem a palavra o Senhor Deputado António Prôa do PSD.-----  
----- Microfone ao Senhor Deputado, por favor.”-----  
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra, informou o Senhor Deputado do seguinte:-----  
----- Senhor Deputado, como beneficiou há pouco do minuto e meio de tolerância, agora vamos mesmo cumprir o tempo de cedência do MPT.”-----  
----- **O Senhor Deputado Municipal António Prôa (PSD),** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção.-----  
----- “Nem outra coisa seria de esperar Senhor Presidente, muito obrigado.-----  
----- Muito brevemente dizer só duas coisas.-----  
----- Bom, o Senhor Vereador foi muito oportuno, quando fez a referência ao facto que o PSD, alegadamente, ter limpo o financiamento dos transportes públicos. O Senhor Vereador esquece-se, ou não sabe, é que quem antes limpou o financiamento do País, foi o Partido Socialista. E aquilo com que o País teve com que se confrontar, foi em repor a sua credibilidade, em repor a capacidade de poder tomar qualquer iniciativa sem intromissão das entidades que na altura tutelaram o País, com a

assinatura do Partido Socialista, e foram os aumentos dos tarifários dos transportes, sejam sérios de uma vez por todas, os aumentos extraordinários dos transportes, resultaram de uma imposição, de um memorando de entendimento, que podem consultar, e que foi assinado pelo Partido Socialista.-----

---- De uma vez por todas, sejam sérios! Fomos obrigados a cumprir a bem do bom nome de Portugal, um conjunto de compromissos assumidos pelo Partido Socialista, depois do Partido Socialista, nos ter deixado na bancarrota, essa é que é essa.” -----

---- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra, informou o Senhor Vereador do seguinte: -----

---- “Muito obrigado, já ficou clara a ideia. Muito bem.”-----

---- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

---- “ Tem a palavra o Senhor Deputado José Leitão do PS.”-----

---- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS),** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção. -----

---- Senhor Presidente em Exercício, Senhora Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Cidadãs e Cidadãos. -----

---- Eu congratulo pela forma como este debate correu. Digamos que, apenas o PSD destoou um pouco, mas, não havia necessidade. É evidente que relativamente a esta intervenção do PSD, basta dizer o seguinte, se o PSD estivesse mais três meses no governo, naturalmente não estaríamos a discutir esta matéria. Porque teria sido privatizada a Carris, portanto, efetivamente, não é preciso dizer rigorosamente mais nada, sobre a política do PSD. -----

---- Também não vale a pena dizer que a direção do PSD, o Senhor Doutor Rui Rio, critica o que se passa em Lisboa, não critica o que se passa na área metropolitana do Porto, realmente, mas nós interessamo-nos por todo o País. E oitenta e cinco por cento dos cidadãos vão beneficiar disto, vinte e um dos concelhos metropolitanos, estão empenhados nisto, dezoito vão ter melhorias já partir do mês de abril. -----

---- Por outro lado, muito graficamente, relativamente a algumas preocupações, nós preocupamo-nos com a coesão nacional, mas, preocupamo-nos com a coesão nacional ao falar de transportes, mas também fomos favoráveis sempre, a grandes projetos em noutras áreas do País, a Alqueva, fomos favoráveis ao túnel do Marão. Todo o País tem que ser solidário naquilo que é do interesse de todo o povo e todo o País. -----

---- Por outro lado, muito rapidamente, para dizer o seguinte. Que efetivamente é evidente que isto é apenas o princípio, é preciso realmente fazer grandes investimentos. O investimento relativo à aquisição de novos barcos que está previsto ascende a cinquenta e sete milhões de euros, sendo o remanescente, relativamente ao plano de manutenção incluída numa frota até dois mil e trinta e cinco, que permitirá níveis de operação inédito. O plano de renovação da frota Transtejo é uma decisão de grande alcance estratégico para toda a área metropolitana de Lisboa com impactos positivos, em diversas áreas, sectores e atividades da população abrangida, refere-se a cerca de dois a cinco milhões de habitantes. Os novos embarques vão substituir os que atualmente operam nos percursos, Cacilhas-Cais do Sodré, Seixal-Cais do Sodré,

Montijo-Cais do Sodré, portanto, há novos investimentos na área fluvial, mas também, há novas qualidades nos padrões previstos para as novas embarcações, que são movidas a gás natural liquefeito, serão um exemplo de eficiência e sustentabilidade, definindo um novo patamar de referência para as práticas ambientais no sector de transporte de passageiros. -----

----- Por outro lado, o metropolitano de Lisboa para além da ampliação da rede, já aqui amplamente discutida, tem estado também em curso um investimento de duzentos e dez milhões de euros para aquisição de catorze novas composições de unidades triplas e de mobilização do sistema de segurança, sinalização e controlo de circulação.-----

----- Por outro lado, queria também referir que no caso da Carris, regista-se estarem já em operação os autocarros, duzentas e cinquenta novas viaturas que vêm reforçar significativamente a capacidade operacional durante o ano de dois mil e dezanove, e quem usa a carris todos os dias como eu, sabe que agora até pode dispor do *Wifi* que anteriormente não dispunha, permitindo a melhoria acentuada dos níveis de serviço e aumento progressivo da rede, nomeadamente, com as redes dos bairros em implementação.-----

---- Eu penso, que a generalidade dos partidos perceberam e sublinharam que estamos perante uma grande transformação, umas das maiores reformas depois do 25 de abril, e o PS que esteve associado à criação do passe social, acerca de quarenta e três anos, congratula-se por estar agora associado através do Fernando Medina e do António Costa também a esta nova geração de políticas de mobilidade. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito Obrigado Senhor Deputado. -----

----- **PONTO 3 – APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº 707/CM/2018 – (SUBSCRITA PELO SENHOR VEREADOR MANUEL SALGADO) APROVAR A ÀREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE CAMPO GRANDE – CALVANAS E A OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA SISTEMÁTICA CAMPO GRANDE – CALVANAS NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO DO Nº 1 E 2 DO ARTIGO 13º E NO Nº 1 DO ARTº 17º, TODOS DO REGIME JURÍDICO DA REABILITAÇÃO URBANA;** -----

----- (A Proposta nº 707/CM/2018 fica anexada à presente Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 3ª Comissão Permanente fica anexado a esta Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante) -----

----- Encerramos assim o ponto dois da ordem de trabalhos, e vamos passar ao ponto três. -----

----- Apreciação da Proposta nº 707/CM/2018. Temos um Parecer da 3ª Comissão Permanente, o qual foi elaborado pelo Deputado Municipal Ricardo Moreira do Bloco Esquerda. -----

----- Vamos dar a palavra à Câmara Municipal de Lisboa para apresentar a proposta.---

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção. -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, muito boa tarde Senhores Deputados. -----

----- A operação de Reabilitação Urbana, ORU de Calvanas, é uma Operação Urbanística, que incide sobre uma área estratégica da Cidade de Lisboa. -----

----- Já o Plano Diretor Municipal de mil novecentos e noventa e quatro, portanto, realizado no início da década de noventa, previa exatamente a construção de um eixo viário, que a partir do Campo Grande prolongava o Eixo-Central da Cidade de Lisboa, até Norte através da Alta de Lisboa, e prolongando-se depois para a chamada rotunda das galinheiras no Eixo Norte-Sul, portanto, este projeto, tinha por objetivo integrar a zona Norte da Cidade Lisboa no todo da cidade, portanto, era uma via de enorme importância do ponto de vista da equação territorial.-----

----- A intervenção de Reabilitação Urbana Sistemática, desenvolvida através desta operação de reabilitação urbana tem subjacente um programa estratégico, e esse programa está detalhado, apontando os principais objetivos para esta operação. Este programa estratégico e as propostas urbanísticas foram submetidas a discussão pública. A consulta pública foi, não só, realizada através de reuniões, como da distribuição de postais para recolhas de informação, houve cerca de cento e setenta participações com sugestões, sugestões estas que foram integradas na proposta final aprovada em Câmara, e que está neste momento em apreciação nesta Assembleia. Talvez destacar como pontos mais relevantes, a importância do sistema viário estruturante que inclui transportes públicos e rodovias para transporte individual. A componente verde que tem a função fundamental na articulação entre o Campo Grande e a Alta de Lisboa. -----

----- A questão da habitação que foi encarada, no sentido de integrar toda a habitação que hoje existe, relocalizando em novos edifícios, e portanto, não obrigando a transferência das pessoas que lá vivem para outros locais. -----

----- E por fim, a questão das residências universitárias, existe um edifício de residências universitárias da Universidade de Lisboa, e que, através de uma negociação com a própria Universidade, está prevista a sua relocalização dentro da própria área de intervenção da ORU. -----

----- Muito rapidamente é esta a apresentação da proposta, e estarei ao dispor para responder às perguntas que vierem a ser suscitadas.” -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Não sei se da 3ª Comissão, querem apresentar o Parecer, Senhor Deputado Ricardo Moreira? Ninguém da Comissão, nada? Senhor Deputado, Não? Ninguém. ----

----- Muito bem. Vamos então passar aos oradores inscritos.”-----

----- **A Senhora Primeira Secretária em exercício, Patrocínia César**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “ Tem a palavra o Senhor Deputado Modesto Navarro do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção.-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- A Área de Reabilitação Urbana do Campo Grande – Calvanas e Operação de Reabilitação Urbana Sistemática, estamos de acordo com esta proposta, que sendo de Reabilitação Urbana Sistemática de facto, poderá trazer a coesão social e territorial de uma zona complexa, diferenciada e exigir soluções que respondam aos problemas dos habitantes locais e de quem trabalha e circula naquela parte da cidade. Fica a dúvida quanto à proximidade da zona do aeroporto e se de facto vai ficar mais liberto de construção e outras ocupações, que não sejam espaços verdes e abertos para fruição de todos. -----

----- Deverão ser respeitados os direitos dos atuais habitantes, e a requalificação dos edifícios vazios, que devem servir para dar respostas aos que precisam de habitação, nomeadamente os mais jovens. -----

----- Não deverá haver realojamento concentrado e disforme, pelo contrário, deve favorecer-se a criação de relacionamentos equilibrados, entre habitação e espaços verdes e outros equipamentos. -----

----- Esperemos que a resolução de residências para estudantes favoreça essa integração espacial e necessária a uma boa e saudável qualidade de vida.-----

----- Acompanharemos com atenção, o desenvolvimento articulado e exigente desta proposta.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Primeira Secretária em exercício, Patrocínia César**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Tiago Cruz do BE.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Tiago Cruz (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção. -----

----- Obrigado Senhor Presidente. -----

----- No seguimento da intervenção anterior, acompanhámos os trabalhos na Comissão, toda a proposta parece-nos necessária, e conforme os requisitos e critérios e regulamentos camarários, acompanharemos a sua implementação.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Primeira Secretária em exercício, Patrocínia César**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Teixeira do PS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Teixeira (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção. -----

----- “ Boa tarde Senhor Presidente em Exercício, Senhores Membros da Mesa, Senhores Membros do Executivo, Senhoras e Senhores Deputados, digníssimo Público presente. -----

----- A proposta aqui hoje em discussão relativa à aprovação da área de reabilitação urbana de Campo Grande-Calvanas, é como sabemos todos de uma estruturante importância estratégica para a cidade de Lisboa.-----

----- Esta intervenção está enquadrada por um Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, que possibilitará uma necessária e adequada reabilitação de unificado, qualificação das infraestruturas dos equipamentos, e também dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva. -----

---- Realçamos, que a presente proposta surge desenvolvida de acordo com as opções estratégicas do Plano Diretor Municipal da Cidade de Lisboa. -----

----- Esta intervenção prometida por muitos, surge aqui, a par de outras propostas como num simbólico, mas também pragmático plano que revelam pensamento de cidade. ---

----- Esta é uma marca da governação de Fernando Medina e do seu executivo. Por via desta proposta que promoverá a requalificação e revitalização do tecido socioeconómico e urbano, assistiremos todos à expansão do Eixo-Central da cidade, até à Alta de Lisboa através da zona das Calvanas.-----

----- A demonstração da pertinência desta intervenção surge materializada, nas cento e setenta participações registadas no período de discussão pública, que levaram a alterações na proposta. Assim, se constrói uma cidade com pensamento e participação coletiva. -----

----- Destacamos neste capítulo, a introdução de um edifício para relocalizar a residência de estudantes da Universidade de Lisboa.-----

----- Permitam-me que o diga aqui uma vez mais, este executivo apresenta aqui uma linha de pensamento de cidade e assume a sua concretização, quando outros apenas e só se limitaram às promessas. Esta intervenção já surge prevista, desde o ano de mil novecentos e noventa e quatro. A aprovação da Área de Reabilitação Urbana do Campo Grande e Calvanas, é como transmitiu o Senhor Vereador Manuel Salgado, estratégica do território municipal, e a peça que falta no conjunto do prolongamento do Eixo Central de Lisboa, desde a baixa ao extremo norte na rotunda das Galinheiras. Note-se que esta operação vai permitir, atenuar o efeito de fronteira que se faz sentir por via da segunda circular. Lisboa passará a ser mais cidade para os muitos milhares de residentes que vivem nas freguesias do Lumiar e de Santa Clara. -----

----- Por fim, queria ainda realçar. Está definida uma programação que visa garantir que os estudantes e moradores ao serem expropriados, não ficaram sem local de residência após as demolições, o município procurará a compra de terrenos em detrimento das expropriações. A residência estudantil proposta, visa aumentar o número de vagas, já existentes. A Câmara Municipal de Lisboa pretende ainda, construir um edifício com quarenta e sete frações habitacionais, para os residentes ao invés de se proceder a um pagamento de simples indemnizações. -----

----- Iram também ser resolvidas por fim, as inúmeras ocupações ilegais e cedências precárias. -----

----- Por tudo isto, importa louvar o esforço. Vinte e cinco anos após ter surgido anunciada a proposta de intervenção da área de reabilitação urbana do Campo Grande – Calvanas, esta surge por via deste executivo, em condições de ser executado. Lisboa constrói-se com obra, e esta é, mais uma grande e estruturante obra da Cidade de Lisboa. -----

----- Bem-haja.” -----

----- **A Senhora Primeira Secretária em exercício, Patrocínia César**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Borges do PS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Borges (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção. -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Vereadores, Caros e Deputadas e Caros Deputados, Caras e Caros Cidadãos. -----

----- Quero começar por cumprimentar naturalmente, o Senhor Vereador Manuel Salgado, pela autoria do projeto, e talvez pela audácia de tantos anos volvidos depois de se ter começado a falar pela primeira vez deste projeto, ele ter finalmente avançar. -

----- É uma obra essencial para o crescimento da cidade a norte, para que possa continuar a crescer a cidade de maneira livre. É um projeto essencial para o desenvolvimento da cidade, ou como também ilustrar ao jornal “Público” acerca de seis meses atrás, para a união de duas cidades que neste momento se encontram desavindas, e que gora se reencontraram, como o fim de uma barreira não natural imposta pela segunda circular, através da abertura deste novo eixo que agora se abre. --

----- Lembro antes de tudo, que o projeto foi apresentado aos cidadãos, no dia doze de julho do ano passado, no Centro Cívico Edmundo Pedro, na Junta de Freguesia de Alvalade, e contou com a presença dos representantes da Junta de Freguesia do Lumiar, O Senhor Vogal Henrique Sá Melo, aqui presente, e de Alvalade, pelo seu tesoureiro, e pela Senhora Engenheira Luísa Nobre, Chefe de Divisão dos Programas de Reabilitação da Cidade. -----

----- O Projeto encontrava-se então numa fase preliminar, e receberam-se muitos contributos importantes, num conjunto de intervenções, que vimos então, serem globalmente positivas e favoráveis ao projeto. -----

----- À parte dos objetivos apresentados, e muito bem, pelo Senhor Vereador e pelo Senhor Deputado Miguel Teixeira, corroboramos, eu enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, um dos territórios particularmente, positivamente afetado por esta obra, queria fazer notar alguns dos seguintes aspetos mais significativos, quando não mesmo revolucionários para aquela área da cidade; -----

----- Em primeiro lugar, há uma reabilitação geral da Zona da Murta, para quem conhece o território perceberá, como disse, será importante para consolidar políticas que são também sociais e de acessibilidade geral num bairro que precisa de ganhar nova centralidade para benefício dos seus moradores. Esta reabilitação significará coisas tão importantes, como o significativo aumento do logradouro do posto de

limpeza das murtas, donde resultará também melhores condições de limpeza de higiene urbana na Freguesia de Alvalade, o novo parque hortícola, em colaboração no seguimento, aliás, do recentemente inaugurado parque hortícola do ex-Presidente Aquilino Ribeiro Machado, um aumento do parque infantil existente que serve aquela população, bem como a manutenção do atual campo de jogos do bairro. -----

----- Em segundo lugar, lembrar o aumento em cinquenta por cento dos canais de escoamento do trânsito, no sentido Sul-Norte, com alívio das radiais hoje tantas vezes sobrelotadas, Gago Coutinho, Avenida de Roma, Rio de Janeiro, Eixo-Central, etc..., melhorando também em vias de distribuição circulares, como os Estados Unidos da América ou a Avenida do Brasil. -----

----- Isto demonstra de facto, que é um projeto com grande amplitude e que resolve vários problemas existente na cidade, não apenas do ponto de vista social, do ponto de vista da mobilidade, do ponto de vista da redução de tráfico a vários títulos. -----

----- Também na área da mobilidade já referida, o metro-bus, o novo transporte de grande capacidade melhora a ligação Norte-Sul, aumentando assim as opções de transporte público, o que potencialmente melhorará diminuirá também, a procura de estacionamento, bem como a utilização de transporte individual. -----

----- Senhoras e senhores deputados municipais, caras e caros Vereadores presentes, numa altura em que se discutem as políticas de habitação e de mobilidade, este novo eixo permitirá abrir a porta a uma nova área da cidade cumprindo-a de maneira mais significativa, é porém muito mais do que tudo isto que temos vindo a falar, é um projeto estruturante para toda a cidade, e a sua operacionalização neste momento, não pode deixar de ser acima de tudo celebrado. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira do PEV” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV),** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção. -----

----- “Obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhor Vice- Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- A presente Proposta pretende viabilizar a construção de uma grande Avenida entre o Campo Grande e a Rotunda de Calvanas, englobada numa visão mais ampla e estratégica que pretende melhorar as acessibilidades e a mobilidade entre a Baixa e a Alta de Lisboa, onde ainda falta executar a ligação da Avenida Krus Abecassis até à Rotunda das Galinheiras, no âmbito do Plano Urbanização do Alto do Lumiar. -----

----- A área de intervenção abrange um território desqualificado com quase 300 mil metros quadrados entre o Campo Grande e as Calvanas, situando-se numa zona de charneira que engloba parte das freguesias de Alvalade e Lumiar, mas que estão separadas geograficamente devido ao efeito barreira que constitui a 2ª Circular. -----



----- Por fim, visa igualmente a reabilitação do edificado e a qualificação das infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes de utilização coletiva, bem como a requalificação e revitalização do tecido socioeconómico e urbano, associada a um programa de investimento essencialmente público.-----

----- Os Verdes entendem que uma intervenção desta natureza, numa área bastante heterogénea e, ao mesmo tempo, estratégica dentro da malha da cidade é, de facto, necessária, estando já inscrita no PDM de 1994 a ligação entre o Eixo-Central da Cidade, da Baixa à Alta de Lisboa.-----

----- Sobre o processo de discussão pública desta proposta, é caso para dizer que, afinal, quando a autarquia entende fazer uma devida e informada discussão pública, faz e até contempla as propostas, como foi o caso. Logo, o que podemos deduzir é que neste projeto em concreto houve essa vontade política. Pena é que noutros projetos, também eles estruturantes para a cidade, isso não suceda por pura falta de vontade, tal como Os Verdes têm vindo a denunciar.-----

----- Há muito que Os Verdes insistem, que quando a população é devidamente informada e chamada à discussão, os processos são mais transparentes e todos ficam a ganhar.-----

----- Como se pode verificar, após a auscultação pública que contou com a participação de cerca de 170 pessoas, e onde a questão dos espaços verdes foi das mais solicitadas, a par do aumento do estacionamento público, da melhoria dos transportes públicos e da ampliação da área do posto de limpeza ali existente, este último solicitado pela Junta de Freguesia, várias sugestões foram consideradas na atual proposta, melhorando-a substancialmente, no nosso entendimento.-----

----- E ainda de referir que esta é uma área com moderada e elevada vulnerabilidade às inundações, em particular na zona da rotunda de Calvanas, e está previsto que a futura avenida, venha a ser um eixo arborizado com espaços verdes de enquadramento e de recreio e lazer, abertos e para usufruto público de todos, contrariando, e bem, o que vem ocorrendo noutras zonas da cidade.-----

----- Não queremos deixar de referir que, na sequência da demolição de seis edifícios de habitação com fachada para o Jardim do Campo Grande, coloca-se a opção de os proprietários poderem receber a indemnização devida, se assim preferirem ou de virem a ser realojados num edifício com nove andares a construir num único lote, cuja volumetria nos parece um pouco excessiva.-----

----- Temos também mais duas questões que nos suscitam alguma preocupação.-----

----- Uma prende-se com o facto de se demolir a residência de estudantes, sendo fundamental garantir que a nova residência a ser construída tem capacidade para fazer face às necessidades, assim como gostaríamos de saber quais os prazos para a sua execução, pois é conhecida a falta de resposta que tem havido quanto às residências universitárias na cidade.-----

----- A outra preocupação, diz respeito à necessidade de elaboração de um estudo de tráfego mais completo, que permita aferir os possíveis problemas de congestionamentos de trânsito nesta área da cidade, algo que não pode ser descurado.

-----Por último, referir que, no geral, consideramos esta proposta positiva, mas, perante estas reservas, solicitamos que o executivo possa em complemento às informações já prestadas em sede de comissão, adiantar mais alguns esclarecimentos. -

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Graça IND.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND),** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção. -----

----- “Exmo. Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores e caros colegas Deputados. -----

----- Os Deputados Municipais Independentes Cidadãos por Lisboa, gostariam também de deixar aqui a sua apreciação relativamente à proposta nº707/CM/2018, relativa à aprovação da Área de Reabilitação Urbana e à Operação de Reabilitação Urbana Sistemática do Campo Grande-Calvanas. -----

----- Gostaríamos antes de mais de frisar que, de facto, esta operação tem como objetivo a reabilitação e a revitalização deste tecido urbano, e como já foi apontado, desenvolver e consolidar esta ligação viária que irá ser criada e que permite expandir o Eixo-Central da Cidade até à Alta de Lisboa, através desta zona da cidade. -----

----- Gostaríamos também de apontar, e tal também foi aqui já frisado, e bem, que esta é uma intervenção que já está prevista desde o Plano Diretor Municipal de mil novecentos e noventa e quatro, e que por ser uma área da cidade que precisa, de facto, de uma regeneração, justifica-se a realização desta Operação de Reabilitação Urbana Sistemática. -----

----- E também acrescentando algo que nos parece óbvio e que é preciso dizer, tal como muitas vezes aqui viemos apontar, dúvidas ou questões relativamente a instrumentos de gestão territorial, quando achamos que estes precisam de ser ajustados, também, vimos aqui reconhecer quando estamos perante uma intervenção programada e estruturada, o que achamos que é o caso, pelas razões que iremos apontar: -----

----- Primeiro, porque o formato escolhido de Reabilitação Urbana Sistemática nos parece adequado em termos do regime aplicável. Depois, porque faz também sentido esta reestruturação do sistema viário a esta ligação do Eixo-Central, que vai desde a Baixa de Lisboa ao Eixo- Central da Alta de Lisboa, como operação que faz sentido em termos estruturais no próprio desenvolvimento e programação urbanística da cidade. -----

----- Também, pelo facto de haver uma forte componente de arranjos de espaços verdes públicos associados a este projeto. -----

----- E por fim, porque nos parece que o projeto tem um cuidado especial relativamente à área em questão, por um lado, porque consegue não só reabilitar o

espaço que está existente e falamos aqui particularmente do bairro das murtas que já houve a reabilitação do seu edificado, mas, esta proposta permite também fazer uma reabilitação do seu espaço público a particularmente a realocização e melhoria do parque infantil existente, assim como a criação de uma horta urbana. Isto por um lado, e por outro também, porque permite criar através de uma metodologia participada de discussão pública e por força dela, uma melhor metodologia de projeto e acima de tudo aumentar e melhorar a proposta inicial e de facto este é um dos exemplos em que a proposta inicial é melhorada pelas próprias intervenções da discussão pública. -----

----- Há outros aspetos a apontar que também não julgamos laterais e que tornam esta proposta estruturada e robusta, como também já o referimos, não só a criação de um novo edifício para uma residência dos estudantes que é realocado aqui, e ainda a possibilidade do realojamento das pessoas poder ser feito, obviamente depois das necessárias demolições, no próprio local o que também há uma garantia relativamente ao direito ao lugar, que nos parece aqui precavida em plano, e que de facto nos parece uma boa opção. -----

----- Colocámos naturalmente, em sede de Comissão, uma série de questões ao Senhor Vereador Manuel Salgado, que aqui está, relativamente à residência dos estudantes, às pessoas afetadas pelas expropriações e demolições, e obtivemos um conjunto de respostas que nos pareceram satisfatórias. Acima de tudo porque foi denotada, nessa reunião de comissão a existência de uma programação da operação que nos preocupa aqui relativamente, particularmente aos moradores que poderão ser expropriados e que poderão ficar sem local para residir, ou outros que tenham também outros edifícios onde realizem as suas atividades económicas. E ficámos agradados com o que nos foi apontado na Comissão, que foi o facto de o município poder vir a dar como alternativa, em vez do pagamento de uma indemnização, de facto de poder construir e estra precavido em plano a construção, de um conjunto de frações habitacionais, e como dissemos, já pode garantir este direito à partida. -----

----- A questão que aqui colocamos, natural e agradados que estamos, obviamente, com esta programação e este plano, votaremos a favor. -----

----- Temos no entanto uma questão final, é como passar do plano à prática, isto é, quais os prazos em que tudo isto virá acontecer e a forma de o programar, é a questão que gostávamos de deixar aqui, em aberto. E também pedir à Câmara que nos ajudasse a acompanhar esta questão. Porque quando esta vier a acontecer, pedimos que também volte a esta Assembleia Municipal, este assunto, isto é, assim que estiver esboçada uma programação da operação, tanto em termos de realojamento se estas vierem ocorrer, como da própria execução desta Operação de Reabilitação Urbana Sistemática, naturalmente, quando estiver definida, pedimos, naturalmente, que a mesma, seja enviada a esta Assembleia para que a mesma seja acompanhada pela 3ª Comissão Permanente. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Não temos mais oradores inscritos, não sei se mais alguém se quer inscrever.” ----  
----- Vamos dar a palavra à Câmara Municipal.” -----  
----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção. -----  
----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----  
----- Das questões que foram suscitadas, aquelas que anotei, portanto a questão da altura do edifício de habitação, aqui houve uma preocupação que foi ocupar o mínimo de terreno possível, e portanto, é um edifício de facto com cinco mil de metros quadrados, e que nos desenhos que informam a Operação de Reabilitação Urbana, está indicada com nove pisos, porém, isto não constituindo um instrumento de gestão urbanística, a Operação de Reabilitação Urbana, o comentário que é feito, será tido em consideração e será avaliado, se efetivamente se justiça esta altura, ou pelo contrário esses mesmos cinco mil metros quadrados da área de construção devem ser construídos doutra forma reduzindo a altura do edifício. -----  
----- Segunda nota que queria dar, é que efetivamente, nós não estamos a prever mais habitação, até porque esta área tem um condicionamento forte, que é o condicionamento do ruído, porque está no enfiamento do aeroporto, da pista do aeroporto. -----  
----- Quanto à questão da residência para estudantes, a residência para estudantes tem trinta e dois quartos, foi uma residência ainda do tempo do anterior regime, foi uma residência da mocidade portuguesa, e nos contactos recentes com a Reitoria da Universidade de Lisboa. A Reitoria admite a hipótese de, como tem um grande projeto de trezentos e tal quartos de residências para estudantes que está a construir junto à Biblioteca Nacional, está a construir, ou melhor, está em fase de finalização de projeto para iniciar a construção, junto à Biblioteca Nacional, de integrar estes trinta e dois quartos no conjunto, junto à Biblioteca, em vez de os ter localizado neste ponto. É um tema que não está fechado, e que será objeto de negociação agora com a Universidade. -----  
----- Quanto à questão do estudo de tráfego, e que no fundo vou ligá-lo à questão dos prazos, nós neste momento já estamos a desenvolver os projetos, com vista a vir lançar tão cedo quanto possível esta empreitada, estamos a adquirir terrenos, já houve um primeiro terreno e um edifício que foi adquirido com a aprovação agora da ORU, portanto, vamos prosseguir à aquisição de terrenos, e ligado com os acertos do projeto da rede viária, projeto esse que também contempla a questão do transporte em sítio próprio, e portanto, tem de ser definido se é um elétrico, ou se é um BRT, ou outra solução de transporte em sítio próprio, que no fundo vai percorrer o Eixo- Central da Alta de Lisboa, e ligar a Entre Campos, com esse estudo, será aprofundado o estudo de tráfego, foram encomendadas neste momento novas contagens de tráfego, e logo que tivermos esta informação, ela será divulgada e enviada à Assembleia Municipal. --  
----- A programação da operação em conjunto, decorre exatamente da concretização deste projeto neste momento, por um lado, e por outro, das aquisições de terrenos necessárias, porque assim de memória, são mais ou menos sessenta por cento dos terrenos já são municipais, mas ainda há alguns terrenos privados a adquirir. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Vamos então passar à votação da Proposta nº 707/CM/2018.-----

----- **Proposta nº 707/CM/2018**, não há Votos Contra, não há Abstenções, Votos a Favor do, PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, 8 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. **A Proposta nº 707/CM/2018 foi Aprovada por Unanimidade.**-----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário)-----

----- (Ausência de um Deputado (a) Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- Vamos passar ao Ponto 4, à Proposta nº 57/CM/2019;-----

----- **PONTO 4 – APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº 57/CM/2019 – (SUBSCRITA PELO SENHOR VEREADOR MANUEL SALGADO) CONSTITUIÇÃO DE UM DIREITO DE SUPERFÍCIE A FAVOR DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA, SOBRE UMA PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL COM A ÁREA TOTAL DE 90500 M2, E REPETITIVO SUBSOLO, SITA À RUA TERESA GOMES, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA I), DO Nº 1, DO ARTIGO 25º DO Anexo I DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL;**-----

----- (A Proposta nº 57/CM/2019 fica anexada à presente Ata, como Anexo III e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente fica anexado a esta Ata, como Anexo IV e dela faz parte integrante)-----

----- Temos um Parecer da 1ª Comissão Permanente, feito pelo Deputado Municipal Francisco Rodrigues dos Santos.-----

----- Vamos dar a palavra à Câmara Municipal para apresentar a proposta, em primeiro lugar.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção.-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- O Senhor Presidente já enunciou o conteúdo da proposta, só queria acrescentar que este terreno está referenciado no Plano Diretor como um terreno para equipamento, foi feita uma avaliação pelo Departamento de Planeamento Urbano, chegando à conclusão, que não havia nenhum equipamento específico que fizesse falta, naquele caso concreto, e daí, ter sido possível contemplar a solicitação da Cruz Vermelha Portuguesa, de construir a escola superior de saúde, ao lado do próprio Hospital da Cruz Vermelha.-----

----- O direito de superfície, de facto, o terreno tem nove mil e quinhentos metros quadrados, a avaliação do direito de superfície, foi feita através de avaliações externas, e as condições da concessão do direito de superfície, são genericamente aquelas que constam do projeto de regulamento de Património.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Muito obrigado Senhor Vereador. -----  
----- Não estou a ver na sala o Deputado Francisco Rodrigues dos Santos, nós até temos indicação que ele também estava inscrito como relator. -----  
----- Não sei alguém da 1ª Comissão quer apresentar o parecer, ele não estando aqui, vamos passar aos oradores inscritos.” -----  
----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----  
----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cristina Andrade do BE.” -----  
----- **A Senhora Deputada Municipal Cristina Andrade (BE),** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção. -----  
----- “Muito boa tarde, a todas e a todos. -----  
----- Debateremos então a proposta de constituição de um direito de superfície, a favor da Cruz Vermelha Portuguesa, sobre uma parcela de um terreno municipal e respetivo subsolo, com uma área de cerca de nove mil e quinhentos metros quadrados. Esta cedência ocorre por um período de setenta e cinco anos, ou por um período mínimo de setenta e cinco anos, tendo em vista, a construção da escola superior de saúde da Cruz Vermelha. Ou seja, esta cedência tem a vista a construção de uma instituição de ensino privado, por parte de uma entidade que também ela não é pública. -----  
----- O Bloco de Esquerda discorda, deste negócio. -----  
----- Se uma instituição pretende construir uma escola de ensino privado, pode e deve, adquirir o terreno onde a vai edificar, não deve ser o espaço coletivo a responder às necessidades do privado, ou do setor social. -----  
----- Aquilo que defendemos relativamente a este assunto, em geral, é aliás muito claro. Consideramos que aquilo que é público, deve ser público e gerido pelo público, o que é do setor social, deve ser do setor social e gerido pelo setor social, e o que é do setor privado, deve ser do privado e gerido pelo setor privado. -----  
----- Não vislumbramos portanto, qualquer utilidade em misturar estas realidades. Como tal, votaremos contra a constituição do direito de superfície à Cruz vermelha Portuguesa.” -----  
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Muito obrigado Senhora Deputada” . -----  
----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----  
----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Sobreira Antunes do PEV.” -----  
----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV),** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção. -----  
----- “Muito boa tarde a todos. -----  
----- Na Proposta nº 57/2019 a CML requer a aceitação da constituição de um direito de superfície a favor da Cruz Vermelha Portuguesa, sobre uma parcela de terreno

municipal, e respetivo subsolo para parque de estacionamento, com a área total de 9.500 m<sup>2</sup>, sita à Rua Teresa Gomes, em São Domingos de Benfica. -----

----- Esta concessão teria um prazo inicial de 75 anos, prorrogável por um período máximo de mais 25 anos, com um custo de 2.126.250 €, a ser liquidado através de uma prestação anual de 34.902 €. -----

----- Este lote serviria para a Cruz Vermelha para ali transferir a sua Escola Superior de Saúde, sita na Avenida de Ceuta, e os seus cerca de 1.000 estudantes, por motivos de constrangimentos de funcionamento no atual edifício. -----

----- Ora, no ponto 7 dos termos e condições do direito de superfície, é mencionado que a superficiária ficaria obrigada ao cumprimento de diversos prazos. No entanto, em concreto, nenhum deles é mencionado, nem para a apresentação dos projetos, nem para o devido licenciamento prévio pelo Município, nem esclarecendo quais deverão ser obrigatoriamente elaborados. -----

----- Convém salientar que aproximadamente 50% da área do terreno em causa se encontra classificada como uma zona de susceptibilidade moderada de ocorrência de deslizamentos de terras, pelo que qualquer projeto de arquitetura deveria ser acompanhado de um parecer elaborado por entidades credenciadas, baseado em estudo geológico-geotécnico, tal como previsto no artigo 23º do PDM, bem como um projeto de arquitetura paisagística que garantisse a consolidação da encosta. -----

----- Também os termos e condições do previsto direito de superfície não contemplam a salvaguarda da eventual possibilidade de existência de vestígios arqueológicos e veios freáticos. -----

----- Por outro lado, como este estabelecimento de ensino superior é frequentado por mais de um milhar de professores, estudantes e trabalhadores, será ainda necessário elaborar e fazer aprovar um estudo de impacto de tráfego e transportes, para uma zona da cidade que vem apresentando já diversos constrangimentos de mobilidade. -----

----- Apesar de a Cruz Vermelha ser uma instituição que merece toda a credibilidade, Os Verdes constataam que o terreno acabaria sendo cedido por um valor relativamente baixo, tendo em conta que se destina a uma escola privada que recebe mensalidades elevadas dos seus alunos. -----

----- Finalmente, estaríamos perante a cedência de mais um património municipal que poderia continuar afeto a uso público, não sendo ressalvados um conjunto de condicionantes físicas e ambientais. Pressupomos que estaríamos, mais uma vez, a cair no logro de passarmos vários cheques em branco. -----

----- Obrigado Senhor Presidente em Exercício.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa IND.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND),** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção. -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.-----

----- Não me faz espécie que a Cruz Vermelha Portuguesa seja uma instituição privada, aliás, é uma instituição privada, de utilidade administrativa, portanto, obedece, desde logo, a um conjunto de regras de direito público para obter esse estatuto de utilidade administrativa.-----

----- Não me faz confusão, que seja um equipamento escolar destinado à cobrança, também, por via do negócio que lhe está subjacente, propinas, afinal há uma avaliação em relação ao terreno e é calculada uma renda superficiária em função disso.-----

----- A mim, causa-me confusão é outra coisa. É que se, continue a insistir neste tipo de contratos, nos chamados compromissos arbitrais, e mais, compromissos arbitrais sem a possibilidade de recurso. -----

----- Nós sabemos, o que é que as arbitragens têm trazido aos municípios e às instituições públicas como forma de dirimir litígios. E portanto, o pacto de arbitragem poderá, em caso de conflito trazer riscos acrescidos ao município, e acho que o município não deve ter medo, de que os litígios imergentes deste contrato sejam dirimidos em tribunais comuns. -----

----- E portanto, por este motivo, não poderei dar o meu voto favorável a esta alienação de direito de superfície, porque me parece a mim, que se poderá colocar em causa a solução normal de um conflito jurídico, que de outra forma seria julgar de acordo com a lei, e não porventura de acordo com critérios de equidade, que é o que se passa com as arbitragens, e é tempo de corrigir este recurso, enfim, amistoso às arbitragens que provocam muitas vezes um desvio à própria legalidade. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhor Vereador, não sei se quer usar da palavra. Não temos mais oradores inscritos” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado,** no uso da palavra, respondeu. -----

----- “ Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Não, quer dizer, penso que a proposta é suficientemente clara, e as reservas que são colocadas por alguns dos senhores deputados, não têm propriamente a ver com o conteúdo da própria proposta, mas sim, da opção entre alienar o direito de superfície ou não, o terreno a uma instituição como a Cruz Vermelha Portuguesa. -----

----- Portanto, acho que não há nada a esclarecer sobre as perguntas que foram colocadas. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Vamos então passar à votação da proposta. -----

----- **Proposta nº 57/CM/2019**, Votos Contra do PCP, BE, PEV, Abstenção do MPT, PPM e 3 IND, Votos a Favor do, PS, PSD, CDS-PP, PAN, 6 IND e do Deputado



Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. **A Proposta nº 57/CM/2019 foi Aprovada por Maioria.** -----

----- Há uma Declaração de Voto do Senhor Deputado Independente Rui Costa, e do Partido Comunista Português.-----

----- Muito Bem, Declarações de Voto que ficam sinalizadas.-----

----- (A Declaração de Voto apresentada pelo Senhor Deputado Independente Rui Costa, até à presente data, não foi entregue nos serviços). -----

----- O **Grupo Municipal do PCP** apresentou a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- *“Proposta 57/CM/2018 - Constituição de um direito de superfície a favor da Cruz Vermelha Portuguesa, sobre uma parcela de terreno municipal com a área total de 9.500 m<sup>2</sup>, e respetivo subsolo, sita à Rua Teresa Gomes.* -----

----- *O Grupo Municipal do PCP entende que reconhecendo a importância, o trabalho e a pertinência da intervenção da Cruz Vermelha, há muitos anos, em Portugal, a constituição de um direito de superfície a favor da Cruz Vermelha Portuguesa - uma pessoa coletiva de direito privado e de utilidade administrativa sem fins lucrativos - sobre uma parcela de terreno municipal na Rua Teresa Gomes, prende-se com o projeto de construção do novo edifício da Escola Superior de Saúde da CVP no terreno contíguo ao atual Hospital da Cruz Vermelha, o que “permitirá gerar importantes sinergias e economias de escala”, refere a proposta da CML.* -----

----- *Do nosso ponto de vista, um hospital privado e uma escola privada de saúde não precisam nem deverão beneficiar deste tipo de cedências. A prestação de “assistência humanitária e social, em especial aos mais vulneráveis, prevenindo e reparando o sofrimento e contribuindo para a defesa da vida, da saúde e da dignidade humana”, que são o centro da missão da Cruz Vermelha, segundo os seus estatutos, não se revêem nestas atividades de prestação de serviços privados de saúde e educação que, com esta constituição de direito de superfície, ganharão privilegiadas “economias de escala”.*-----

----- *Os termos financeiros em que este direito de superfície é cedido, menos de 3.000€ por mês por quase 10.000m<sup>2</sup>, também nos parecem extremamente favoráveis. Pelas razões explicitadas anteriormente, esta questão também reforça a não concordância com esta proposta.”*-----

----- **PONTO 5 – APRECIACÃO DA PROPOSTA DELIBERAÇÃO Nº 006/PCP/2019 – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PCP- ALTERAÇÃO SIMPLIFICADA AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL LOTE KO – TERRENO ADJACENTE AO JARDIM DE INFÂNCIA DE TELHEIRAS E À ESCOLA EB1 DE TELHEIRAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTº 15º DO REGIMENTO;**-----

----- A Proposta de Deliberação nº 006/PCP/2019 fica anexada à presente Ata como Anexo V e dela faz parte integrante.)-----

----- **RECOMENDAÇÃO 060/01/PS – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PS – RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA RELATIVA AO LOTE KO, SITO NA CONFLUÊNCIA DAS RUAS HERMANO NEVES E JOSÉ ESCADA, EM TELHEIRAS.**-----

----- **A Recomendação 060/01 do PS** fica anexada à presente Ata como **Anexo VI** e dela faz parte integrante.)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Vamos passar ao Ponto 5, da nossa ordem de trabalhos. -----

----- Esta proposta tem uma nova versão que foi distribuída e tem também associada para discussão conjunta, uma Recomendação nº 061/01, apresentada pelo Partido Socialista, a qual também deu entrada e foi distribuída. -----

----- Ainda relativamente a esta matéria, irei dar-vos duas notas; -----

----- A primeira é que, foram diligenciados a obtenção de esclarecimentos prestados pelo Senhor Vereador Manuel Salgado, os quais foram distribuídos a todos os deputados, não só, relativamente ao objeto em causa, como também como complemento de outra informação relativa, não à proposta de PERSI, mas ao tema e ao assunto. E foi também anexado e distribuído igualmente a todos os senhores deputados informação complementar que tinha sido prestada pelo Senhor Vereador aos Senhores Vereadores do Partido Comunista na Câmara Municipal. -----

----- Depois também, para informar que tive a oportunidade de conversar com o Senhor Deputado Modesto Navarro, na qualidade de Líder do Grupo Municipal do Partido Comunista Português, sobre uma ou outra dúvida que a proposta podia suscitar, e suscitava, e daí, também em complemento disto tudo, o Partido Português Comunista Português ter apresentado já, assumindo os esclarecimentos prestados em tempo pela câmara esta proposta, e o Partido Socialista também, apresentar esta recomendação.-----

----- Feitos estes esclarecimentos enquadradores, do que levou às duas propostas que temos aqui em cima da mesa, vamos dar a palavra primeiro, ao Partido Comunista Português, depois, ao Partido Socialista como proponentes dos documentos que aqui temos, e depois aos oradores inscritos. -----

----- Vamos começar pelo Deputado Modesto Navarro do Partido Comunista Português.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção.-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Aquando da apreciação da Petição nº 8/2018, em vinte e oito de fevereiro, anunciámos nesta Assembleia Municipal, que iríamos apresentar uma proposta, que só agora há discussão.-----

----- Considerando que foi aprovada no dia vinte e oito de fevereiro, na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Lisboa, a Recomendação 56/05 da 3ª e 4ª Comissões, em relação ao objeto da Petição, a Assembleia Municipal, deliberou no sentido de recomendar à Câmara Municipal de Lisboa, que procurem resposta aos dezasseis dos peticionários, que promovam o devido acordo do Patriarcado para que o lote KO deixe de estar destinado a equipamento social e passe a constituir um espaço

verde. Acordo, que até à data da produção este relatório não é um dado adquirido para estas Comissões. -----

----- O Grupo Municipal do PCP, teve conhecimento do ofício, enviado pelo Senhor Vereador Manuel Salgado ao Presidente da Assembleia Municipal, dia dezoito, ontem, que sustém que, de acordo com a informação prestada pelo Departamento Planeamento Urbano, a utilização do espaço referido como espaço público, é compatível com o regime de uso solo estabelecido no Plano Diretor Municipal de Lisboa para este terreno municipal, para a categoria de espaço de uso especial de equipamento consolidado. -----

----- Grupo Municipal do PCP, propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão extraordinária de dezanove de março de dois mil e dezanove, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- Em conformidade com a informação prestada pelo gabinete do Vereador Manuel Salgado, e considerando que o uso solo por espaço verde público existente no lote K0 é compatível com o regime estabelecido no Plano Diretor Municipal de Lisboa, para este terreno municipal, como categoria de espaço de uso especial de equipamento consolidado. O mesmo seja assegurado no lote em questão, desonrando-se do direito de superfície, cuja resolução deve acautelar os direitos da Igreja de Nossa Senhora da Porta do Céu. -----

----- É esta a proposta que a população de Telheiras e os Peticionários merecem da Assembleia Municipal, para que seja resolvida a situação o mais breve que for possível, com inteira justiça para todos. -----

----- O PS apresentou hoje uma proposta neste sentido, que votaremos favoravelmente e que saudamos, porque reforça a necessidade de uma decisão eficaz de todo este problema. -----

---- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“ Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Passo a palavra ao Partido Socialista.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Henrique Sá e Melo do PS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Henrique Sá e Melo (PS),** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção. -----

----- “Boa tarde a todas e a todos, Senhor Presidente em Exercício, Senhores Membros da Mesa, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Na sequência do debate em torno da aprovação, do relatório e de recomendações relativas à Petição nº 8/2018, a oposição à intervenção urbanística prevista para o terreno adjacente ao Jardim-de-Infância de Telheiras, e à Escola Básica nº 1 (EB1) de Telheiras, ficou claro que a Câmara Municipal de Lisboa, tem vindo a desenvolver diligências capazes de superar o problema, encontrando uma outra alternativa para a Paróquia de Telheiras construir um Centro Social e Paroquial. Do estado destas

diligências, foi dada a conhecer à Assembleia Municipal por ofício recente do Vereador Manuel Salgado, revelando que está identificado o local alternativo e que este carecerá ainda, de uma alteração ao respetivo loteamento, permitindo concretizar a permuta. No espaço denominado quadrado verde, lote K0 e não K0, como foi referido, uma vez concretizada esta solução passaria a ser possível dar tradução ao pedido dos peticionários e da comunidade local, mantendo a sua afetação a zona verde. -----

----- Devendo procurar-se contemplar estes dois aspetos e a tutela de todas as partes interessadas no problema, a recomendação ainda que alterada do Partido Comunista Português, afigura-se por isso insuficiente para o alcançar. -----

----- É essencial que o Município conclua a articulação com a Paróquia, e que as partes possam concluir as negociações de boa-fé e espírito construtivo que têm desenvolvido, assim como é importante desencadear a tutela do terreno K0 como espaço verde. -----

----- Neste sentido, o Partido Socialista, vem recomendar à Câmara Municipal de Lisboa, que prossiga as diligências em curso e que se encontram encaminhadas para uma solução. -----

----- Recomendamos ainda, que se desencadeie paralelamente, caso ainda não estejam em curso, as alterações jurídico ó urbanísticas necessárias à compatibilização dos anseios de todas as partes envolvidas, nomeadamente, as alterações a loteamentos necessárias para implantar o Centro Social a edificar pela Paróquia, e a garantia do uso do lote K0 para espaço verde nos termos requeridos pelos peticionários. -----

----- Desta forma, todas as expectativas em presença ficam protegidas e a comunidade local de Telheiras, assegura uma ambição de reforço dos espaços verdes de usufruição comum. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Humberto Ferreira do BE.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Henrique Humberto Ferreira (BE),** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção. -----

----- “Senhor Presidente, Senhores Membros Mesa, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores, estimado Público presente. -----

----- Entendemos que a proposta do PCP vem ao encontro das justas aspirações da população de Telheiras e dos encarregados de educação dos alunos da Escolas contiguas a este espaço, já manifestada na Petição nº8/2018. Volvido mais de um ano da data desta Petição, e atenta à recomendação que lhe procedeu, é tempo de fazer saber à câmara e ao patriarcado, que se impõe uma solução definitiva, que garanta que a população possa continuar a usufruir daquele espaço verde como é o seu desejo.-----

----- De nada adianta emirmos dizer que as Petições são instrumentos fundamentais da ação política, se depois na prática nos ficámos por boas intenções e não fomos absolutamente claros, consequentes e atempados nessa ação.”

----- É caso para dizer, que de boas intenções, está o inferno cheio. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Sobreda Antunes do PEV.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV),** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção.-----

----- “Boa tarde. -----

----- Em primeiro lugar, cumpre-nos saudar o acerto da apresentação desta pertinente diligência do GM-PCP, quando propõe que se proceda a uma alteração simplificada do PDM em vigor para a parcela de terreno K0, em Telheiras, com a finalidade de a proteger como espaço verde de usufruto público.-----

----- E porquê? Porque, em segundo lugar, da parte da CML apenas se sabe que, na passada 6ª fª, e em esclarecimento a um requerimento do PCP, o Sr. Vereador do Urbanismo confirmou que o Município partilhava da “preocupação da população e de todos aqueles que consideraram que devia ser encontrada outra solução, nomeadamente, a comunidade escolar”.-----

----- Esclareceu ainda que a CML iniciara “o diálogo com a Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Porta do Céu, com o objetivo de encontrar outro terreno municipal na freguesia do Lumiar e/ou freguesias limítrofes, onde pudesse ser instalado o novo equipamento religioso e social”.-----

----- Mais adiantou que aguardava, continuo a citar, pela “confirmação formal por parte da Igreja para se dar início aos procedimentos de alteração do loteamento e do direito de superfície”. -----

----- Por outras palavras, o Sr. Vereador asseverou, há escassos 3 dias atrás, continuar a não existir ainda qualquer acordo formal entre as partes, que fosse de encontro a uma resposta favorável aos residentes de Telheiras e à comunidade escolar, em particular. -----

----- Em terceiro lugar, convirá recordar de onde advém esta coerente proposta de resolução. -----

----- Nas vésperas da análise do relatório da 3ª e 4ª Comissões, em Janeiro passado, o GM-PEV foi abordado pelas subscritoras da Petição nº 8/2018, solicitando que fosse encontrada uma alternativa ao uso previsto para aquele Lote entre as escolas, de modo a garantir uma solução que não ferisse a sua futura sustentabilidade e a convivência do bairro, salvaguardando, urbanística e ambientalmente, o denominado ‘quadrado verde’. -----

----- Com efeito tal como o Grupo Municipal do PEV recordara na sua intervenção sobre esta Petição, no passado dia 28/2, foram Os Verdes quem, em sede de

Comissões, colocou no cerne do debate a proposta de consolidação de usos do Lote K0 como espaço verde, de modo a assegurar-lhe, logo que possível, o domínio público municipal de espaços verdes e de utilização coletiva. -----

----- E como esta sugestão não foi de imediato consensualizada, logo aí o PEV anunciou que a ideia de uma alteração simplificada do PDM seria transposta para o relatório como opinião de GM, tendo então sido também subscrita por outros dois GM. -----

----- Saúda-se que agora se possa, com esta iniciativa patrimonial, e acautelando-se os direitos da Igreja e as justas preocupações dos moradores, rapidamente assegurar o regime de espaço de Uso Público de Equipamentos Consolidado para o lote K0. Porque, com estas modificações, todas as partes envolvidas sairão beneficiadas. -----

----- Obrigado Senhor Presidente em Exercício.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Inês Real do PAN.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Real (PAN),** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção. -----

----- “Uma vez mais, muito boa tarde. -----

----- O PAN, irá votar favoravelmente as propostas do PCP e do PS, desde logo para a alteração simplificada do PDM quanto ao lote K0, para que se mantenha como espaço verde de usufruto público, correspondendo assim à vontade já expressa pela população local. Para além da qualidade de vida da população local, importa acautelar o ensejo de uma Lisboa mais verde, que faça jus a distinções que recebemos como a de Capital Verde 2020, e deve também fundamentalmente concretizar-se ao nível dos usos e espaços colocados ao serviço da população.-----

----- Já aqui foi referido nesta Assembleia, precisamente em sede da discussão da Petição que foi apresentada, a falta de espaços verdes que existe em Telheiras, a população local manifestou precisamente a sua vontade quanto à fruição deste espaço.

----- Ora os instrumentos urbanísticos traduzem inevitavelmente um compromisso existente, um compromisso político existente, desde logo em proteger as zonas verdes já existentes ou então criar novas áreas mitigando assim, questões tão importantes como as alterações climáticas, os espaços verdes têm de facto uma importância na qualidade de vida da população local, na socialização e na fruição das famílias, inclusive ao nível da saúde física e mental de quem vive, que circunstância é esta que não deve ser desprezada, tal como obviamente compreendemos que não deve ser menosprezada também a necessidade de encontrar um terreno alternativo com o acordo do patriarcado mas quanto a isso desde o primeiro nos foi assegurado que estava acautelado. -----

----- O que não está de facto acautelado, é o futuro daquele espaço, e se Telheiras irá continuar ou não, a beneficiar de um espaço verde naquele local. Não podemos por

um lado dizer que estamos comprometidos e comprometidas com uma Lisboa mais verde sustentável e até, em combater e mitigar as alterações climáticas, e depois permitir que se acabem com os espaços verdes da cidade e de uso comunitário. -----  
----- Por todas estas razões iremos votar favoravelmente estas iniciativas, acreditando que em Telheiras aquele espaço, continua a ser um espaço de uso comum, mas acima de tudo, mais um espaço verde na nossa cidade. -----  
----- Muito obrigada.” -----  
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Muito obrigado Senhora Deputada.” -----  
----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----  
----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Luísa Aldim do CDS-PP.” -----  
----- **A Senhora Deputada Municipal Luísa Aldim (CDS-PP),** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção. -----  
----- “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, Exmos Senhores Vereadores, caros Deputados, Público presente. -----  
----- Volta à Assembleia Municipal, passados quinze dias de apreciarmos, a Petição nº 8 e as respetivas recomendações aqui realizadas, sobre a manutenção do lote K0, em Telheiras como espaço verde, e ficou claro durante toda esta discussão dois pontos essenciais; -----  
----- Primeiro, a vontade de todos que o lote se mantenha conforme pedido pelos peticionários, como um espaço verde e de fruição pública da comunidade. Bem como a legitimidade do Patriarcado, sobre o direito de superfície constituído pela vontade da Câmara Municipal de Lisboa e da Paróquia para chegarem a acordo para encontrar outro local alternativo para minimização do projeto a implementar. -----  
----- Vimos muito recentemente uma proposta do PCP, que entretanto bastante alterada, e ainda bem que foi alterada, porque entendemos que a proposta inicialmente apresentada, antecipava-se no fundo, ou tentava antecipar aqui uma formalização contratual, que tal podia prejudicar as negociações da Câmara Municipal, e poderia representar nomeadamente a indemnização por parte da Câmara Municipal ao Patriarcado por incumprimento de deliberações aqui tomadas. -----  
----- Por isso, em consequência deste ponto, é também com bons olhos que vimos que a câmara municipal a bom tempo, clarificou a não necessidade de mudança de Regime de Solo estabelecido pelo PDM, para cumprir então a vontade de todos, não só dos peticionários mas também aquilo que era a vontade dos Deputados e da própria Câmara Municipal. -----  
----- No entanto, há um ponto essencial que a Câmara Municipal reforça no esclarecimento que é, ainda não existe a confirmação formal, no âmbito de todas estas negociações. E é aqui que o CDS entende, que a proposta reformulada pelo PCP e a também a proposta apresentada pelo PS, são essenciais para que o caminho seja trilhado de maneira correta, sem qualquer tipo de consequência maior no futuro. -----

----- O PCP vem pedir a alteração simplificada do PDM, e a Câmara Municipal respondeu então, demonstrando que não há necessidade de tal alteração, tal e qual, uma coisa simples. -----

----- Há que formalizar o acordo, entre as partes, quando estamos assim, votar favoravelmente a alteração simplificada do lote, para que seja um espaço verde para todos, assim que a Câmara Municipal confirme formalmente o acordo. De modo a que não corramos mais riscos e a gastos elevados desnecessários para o erário público. -----

----- É isto. Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD),** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção. -----

----- “Exmo. Senhor Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores. -----

----- Debateremo-nos hoje da análise, relativamente a uma proposta apresentada pelo Partido Comunista Português, que tinha inicialmente como referência, Alteração Simplificada ao Plano Diretor Municipal, Lote K0, terreno adjacente ao Jardim de Infância de Telheiras e à EB1 de Telheiras, e esta proposta, do nosso ponto de vista assentava imediatamente em dois erros crassos; -----

---- O primeiro, porque pedia uma alteração onde não havia necessidade nenhuma, de existir uma alteração. -----

---- E segundo, porque antecipava uma resolução sem antes existir um acordo entre a câmara municipal e a instituição. -----

----- A verdade é que, o PCP, hoje traz-nos uma nova versão. E essa nova versão, retira em primeiro lugar o primeiro erro, e em segundo lugar, assegura novamente a questão de acautelar os direitos que estavam estabelecidos, corrigindo os dois grandes erros da primeira recomendação. -----

---- No entanto, quando vamos ler, verificamos que na realidade não traduz absolutamente nada de novo. Aliás, aqui está inevitavelmente plasmado, aquilo que já existia de sólido e seguro, aprovado nesta Assembleia Municipal, que é o resultado das recomendações que foram implementadas, foram propostas num relatório da terceira e quarta Comissão relativamente à Petição nº 08/2018. Portanto, sobre esta matéria, nada de novo. -----

---- Depois, temos uma nova recomendação, feita pelo Partido Socialista, que basicamente o que faz é, recorda-nos novamente a necessidade, conforme o próprio o PSD já havia aqui dito durante a discussão, a necessidade de assegurar definitivamente a solução consolidada e com o comum acordo, que por confirmação do próprio Vereador, ainda não foi atingida formalmente. -----



----- E portanto, com o ponto um com o qual nós concordaríamos. Mas depois como ponto dois, que entra no erro da primeira recomendação do Partido Comunista Português, e portanto, logo aqui, inevitavelmente, colocando-nos o carro à frente dos bois, e esta questão no final do dia, que é a questão que nos parece particularmente relevante, é assegurar em primeiro lugar, que haja um acordo formal e definitivo sobre a alteração de utilização e depois então, uma discussão inevitável e importante que se tem que fazer, sobre a utilização definitiva daquele espaço e o tipo de uso que deveremos poder salvaguardar. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“ Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa, Independente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção. -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

----- Isto é, o que acontece quando andamos a fazer política ao sabor do momento. -----

----- Isto é, este assunto foi debatido há de quinze dias, foram produzidos um conjunto de documentos, o Partido Comunista Português, propôs do alto do seu critério uma alteração ao Plano Diretor Municipal, que teria uma dimensão expropriativa, portanto colocaria a câmara numa situação de indemnizar, porque também há dimensão expropriativa do plano, quando este retira direitos construídos, para mais, direitos adquiridos em termos de construção que resultam de um contrato, que bem ou mal, a meu ver mal, mas que bem ou mal foi assinado com o Patriarcado, e depois recua de tal forma que consegue ser ultrapassado pela esquerda pelo PS, pasme-se! -----

----- Porque o PS, no fundo no documento alternativo que nos propõe, vem dizer não só, “concluam-se as negociações...” onde o PCP finaliza dizendo “salvaguardem-se os direitos do Patriarcado...” e vem dizer mais, “ altere-se a utilização do espaço...” porque de facto, o Lote K0 pode ser, quer do âmbito de operação do loteamento, e é uma fórmula mais simples, quer do âmbito de uma revisão do plano, passar a ser espaço verde, e de facto a recomendação do PS assegura isto. Agora, eram duas votações perfeitamente dispensáveis, tendo em conta os documentos que já existiram, já foram votados por esta assembleia, e tendo em conta que há um consenso alargado, talvez com exceção da minha pessoa nesta assembleia, para preservar os direitos do Patriarcado. -----

----- Portanto, não se percebe a razão de ser desta medida, que não seja para satisfazer destas duas propostas, aliás a do PS é subordinada, vem na sequência da do PC, que não seja para dar uma satisfação a populações, quando não se teve a coragem ou a oportunidade de apresentar a proposta no momento. -----

----- E portanto, votarei contra a proposta do Partido Comunista Português, por me parecer aliás, insuficiente, e votarei numa proposta muito mais à esquerda, apesar de tudo, que é a proposta do Partido Socialista.-----  
----- Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Modesto Navarro do PCP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP),** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção.-----

----- Senhor Deputado Rui Costa, não é ao sabor do vento, há anos que andamos nesta questão, há anos, e temos sofrido intensamente nas Comissões, no trabalho desta Assembleia com esta questão que aqui parece agora ser resolvida. E lembro-me que na documentação das duas Comissões, falava-se de falta de informação por parte da Câmara Municipal. -----

---- E se alguma qualidade teve a atitude que nós tomámos com esta apresentação, foi que a Câmara finalmente esclareceu, através de um ofício enviado a esta Assembleia sobre a situação real, porque se não o tivéssemos feito, ainda hoje não sabíamos em que ponto em que estávamos. -----

----- Portanto, basta de hipocrisia! E é necessário de facto vontade de resolver o problema! E não é com eleitoralismo, ou com golpes eleitoralistas que nós lá vamos. --

----- Esta cidade, e Telheiras, neste caso em concreto, merece honestidade, merece que todos saibamos resolver este problema. E estamos na altura de dar um impulso a esta questão, para que ela seja de facto resolvida. -----

----- Muito obrigado”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Deputado Rui Costa, quer utilizar a figura regimental da Defesa da Honra. -----

---- É uma certa grande latitude, considerar que a sua honra foi ofendida Senhor Deputado, mas...”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND),** no uso da palavra, em defesa da honra, fez a seguinte intervenção. -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Mas seja como for, se eu lhe chamar hipócrita, o Senhor Presidente, estará em condições de exercer também a defesa da sua honra, e eu acharia isso por bem. -----

----- Bom, mas não era para mim, seja como for. -----

----- Senhor Deputado Modesto Navarro deixe-me só concluir o seguinte, eu responderia de uma forma jesuítica, já que a igreja aqui está em causa, a questão da hipocrisia, o que é se chamará a uma pessoa, que defende a alteração de um Plano de Diretor Municipal, rompendo com direitos adquiridos de privados, mal ou bem,

direitos adquiridos de privados, e depois, não quer assumir que vai ter custos financeiros, porque se não resolve-se o contrato e indenize-se o Patriarcado, em conformidade. Quer dizer, não se pode é querer alterar o PDM por um lado, e defender os direitos do Patriarcado por outro, sem essa prévia negociação, isso sim, o que é que se chamará a uma pessoa que diga isto.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra solicita o microfone aos serviços: -----

----- “Microfone ao Senhor Deputado Modesto Navarro.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção. -----

----- “Senhor Deputado Rui Costa, antecipação é realmente séria, eu creio que valia a pena pensarem que nós temos alguma inteligência para perceber o que é que o Senhor Vereador Manuel Salgado quis dizer, com o ofício que mandou, e por isso mesmo a alteração simplificada do PDM, não está em causa, deixou de estar em causa no nosso documento, foi ajustado à realidade, à informação que a câmara deu, e portando está ajustada não mexe rigorosamente nada em termos de alterações simplificadas naquela zona, pelo contrário, reforça é a ideia e a vontade que todos temos, com certeza, de resolver o problema. -----

-----Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Vamos retomar aos oradores inscritos.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, não havendo mais oradores inscritos, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Vereador Manuel Salgado da Câmara.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção. -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Eu não me quero imiscuir na discussão. Mas já agora gostava de dar aqui alguns esclarecimentos suplementares que talvez ajudem. -----

----- O primeiro, eu não tenho aqui as datas, mas confirmei com a Chefe do meu Gabinete, que eu tenho informado, as negociações que têm decorrido há mais de um ano com a Igreja, aliás, as negociações têm sido com a Comissão Fabriqueira, com o Parco, e com o Presidente de Junta do Lumiar, e não tem sido fácil a negociação. Mas neste momento, conforme consta da última carta que eu enviei para assembleia municipal, está fechada uma localização, essa localização é na esquina entre a Rua Eduardo Coelho e a Estrada de Telheiras num terreno que está vago, que tem o alvará de loteamento, que é o alvará de loteamento três de dois mil e quatro, e que este alvará tem de ter uma alteração para contemplar aquilo que são os requisitos do Centro Paroquial que se pretende construir, altura, profundidade, metros quadrados, e que é isso que tem estado a ser acertado, portanto houve uma última reunião, em que

praticamente isto ficou fechado. E o que ficou combinado, quer com o Parco, quer com o Patriarcado, é que fechado este processo, o Patriarcado enviará formalmente uma carta à câmara, no sentido de que, cancela-se o outro direito de superfície e fazem a construção neste local. -----

---- A outra coisa que eu julgo que é importante referir, é que uma Alteração Simplificada ao PDM, eu digo francamente, não sei se se justifica neste momento, mas já não está em questão. E porque não está em questão? Porque aquele terreno é terreno para equipamento, o K0, e portanto pode ser de utilização de verde, mas já agora também acrescento mais um dado, é que está previsto em breve, irá à câmara a proposta para início do processo alteração do Plano Diretor Municipal, onde todas estas situações deverão ser contempladas. E que também está em elaboração, já numa fase adiantada a carta escolar, e ninguém me garante, neste momento, que não seja necessário ampliar a escola que lá existe, e penso que por uma questão de cautela, é preferível manter as coisas como estão, para verificar de facto quais são as necessidades futuras. -----

---- Muito obrigado.” -----

---- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

---- Não temos mais inscrições.-----

---- Vamos então passar à votação dos dois documentos.-----

---- Temos um pedido de palavra do Deputado Luís Newton, antes da votação.-----

---- O Senhor Deputado está a pedir para votar ponto por ponto, a proposta do PS, muito bem.-----

---- Vamos então, votar a nova versão que foi distribuída à Proposta nº 006/PCP/2019. -----

---- **Proposta nº 006/PCP/2019.** Não há Votos Contra, Abstenções do PS, PSD, 1 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, Votos a Favor do PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 8 IND, **A Proposta nº 006/PCP/2019 foi Aprovada por Maioria.**-----

---- Vamos votar agora, por pedido do Partido Social Democrata o Ponto 1 da Recomendação nº 060/01/PS.-----

---- **Ponto 1 da Recomendação nº 060/01/PS.** Não há Votos Contra, Abstenção de 1 IND, Votos a Favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 8 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. **O Ponto 1 da Recomendação nº 060/01/PS, foi Aprovado por Maioria.** -----

---- **Ponto 2 da Recomendação nº 060/01/PS.** Votos Contra do PSD e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves., Abstenção do CDS- PP e Votos a Favor do PS, PCP, BE,PAN, PEV, MPT, PPM e 9 IND. **O Ponto 2 da Recomendação nº 060/01/PS, foi Aprovado por Maioria.** -----

---- Vamos dar por hoje encerrados os nossos trabalhos.” -----

---- A sessão terminou, às dezassete horas e cinquenta e sete minutos.-----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação nº 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017.-----

----- Eu,....., a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, lavrei a presente ata que também assino, nos termos dos disposto no nº 2 do artº 57º do Anexo I à Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, do nº2 do artº 90º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta nº 1/SMAM/2017.-----

-----O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO-----